



# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP -

2021 – 2025

(Atualização 2020/2021)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
São Paulo - IFSP  
**Câmpus Capivari**

Folha de aprovação

*(Assinada pela Diretor-Geral e Presidente da Comissão PPP)*

**Comissão Local de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP)**

Adelino Francisco de Oliveira  
Ana Carla Dantas Midões  
Ana Karina Cancian Baroni  
Bruno Bertoli  
Carlos Fernando Barboza da Silva  
Érica Maio Taveira Grande  
Eveton Pereira Barbosa  
Fabiana Bigaton Tonin  
Fernanda Tonelli  
Gianna Andréia Ferreira Gobbi  
Grazielle Nayara Felício Silva  
Igor Vasconcelos Nogueira  
Isabel Cristina das Chagas Oliveira  
Leticia Pedroso Ramos  
Márcio José Chaves  
Maria Amélia Ferracciú Pagotto  
Paulo Renato de Oliveira Gavião  
Talita Barbosa Plantcoski Bulgraen

### **Comissão de acompanhamento e atualização 2017**

Ana Carla Dantas Midões  
Carlos Fernando Barboza da Silva  
Érica Maio Taveira Grande  
Everton Pereira Barbosa  
Fabiana Bigaton Tonin  
Gianna Andréia Ferreira Gobbi  
Grazielle Nayara Felício Silva  
Isabel Cristina das Chagas Oliveira  
Leticia Pedroso Ramos  
Márcio José Chaves  
Maria Amélia Ferracciú Pagotto  
Talita Barbosa Plantcoski Bulgraen

### **Comissão de acompanhamento e atualização 2020/2021**

Isabel Cristina das Chagas Oliveira  
Arlete Teresinha Esteves Brandi  
Beatriz Simonaio Birelli Falco  
Carlos Fernando Barboza da Silva  
Everton Pereira Barbosa  
Gianna Andréia Ferreira Gobbi Spadote  
Grazielle Nayara Felício Silva  
Ivana Lopes de Oliveira Arruda  
Maria Amélia Ferracciú Pagotto

Colaboração: Fabiana Bigaton Tonin

## **Agradecimentos**

A comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Câmpus Capivari agradece a toda comunidade interna e externa por suas contribuições diretas ou indiretas, que possibilitaram, de forma participativa e democrática, a construção de um documento importante.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da população da Região de Governo de Piracicaba. ....	41
Figura 2 - Mapa da Região Administrativa de Campinas. ....	42
Figura 3 - Distribuição do IDHM dos municípios da Região de Governo de Piracicaba. ....	43
Figura 4 - Rendimento Médio - área urbana.....	43
Figura 5 - Rendimento Médio - área rural.....	44
Figura 6 - Organograma do IFSP Câmpus Capivari .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do IDHM de Capivari .....	39
Gráfico 2 - Relação do sexo dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	57
Gráfico 3 - Relação da idade dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	58
Gráfico 4 - Estado Civil dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	58
Gráfico 5 - Raça dos alunos matriculados no Câmpus Capivari.....	59
Gráfico 6 – Tipo de escola cursada no ensino fundamental dos alunos matriculados no Câmpus Capivari.....	59
Gráfico 7 – Tipo de Escola cursada no Ensino Médio dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .	60
Gráfico 8 – Companhia domiciliar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	62
Gráfico 9 – Tipo de imóvel no qual reside o núcleo familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari.....	62
Gráfico 10 – Zona residencial dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	63
Gráfico 11 – Número de integrantes que compõe o grupo familiar que residem com os alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	63
Gráfico 12 – Situação de trabalho dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	64
Gráfico 13 – Principal responsável financeiro declarado pelos alunos matriculados no Câmpus Capivari.....	64
Gráfico 14 – Renda bruta familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	65
Gráfico 15 – Renda per capita familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	65
Gráfico 16 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos matriculados no Câmpus Capivari .....	66
Gráfico 17 – Nível de escolaridade das mães dos alunos matriculados no Câmpus Capivari.....	66
Gráfico 18 - Disponibilidade orçamentária anual X Alunos matriculados no IFSP – CPV .....	108

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Infraestrutura Física do Câmpus Capivari .....	52
Quadro 2 - Acervo da Biblioteca do Câmpus Capivari.....	56
Quadro 3 - Corpo Docente da área de Química.....	67
Quadro 4 - Corpo Docente do Núcleo Comum .....	69
Quadro 5 - Corpo Docente da Área de Informática .....	72
Quadro 6 - Corpo Docente da Área de Educação .....	74
Quadro 7 - Corpo docente da área da Gestão .....	75
Quadro 8 - Corpo técnico-administrativo.....	76
Quadro 9 - Dimensão do Ensino.....	128
Quadro 10 - Dimensão da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação .....	131
Quadro 11 - Dimensão da Extensão.....	133
Quadro 12 - Dimensão da Administração .....	134



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	14
Dos objetivos e finalidades	14
1.1 Histórico do IFSP	14
1.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	22
1.3 Princípios norteadores	25
CAPÍTULO II	37
Caracterização da unidade	37
2.1 O Câmpus Capivari	37
2.2 O Município de Capivari	38
2.3 A Região de Capivari	40
2.4 Dados Institucionais	46
2.5 Cursos oferecidos	47
2.5.1 Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos - Proeja	47
2.5.2 Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	47
2.5.3 Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	48
2.5.4 Técnico em Química Concomitante/Subsequente	48
2.5.5 Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	49
2.5.6 Tecnologia em Processos Químicos	50
2.5.7 Tecnologia em Processos Gerenciais	50
2.5.8 Licenciatura em Química	50
2.5.9 Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	51
2.5.10 Previsão de abertura de novos cursos	51
2.6 Estrutura física	51
2.6.1 Instalações e equipamentos	51
2.6.2 Infraestrutura Física do Câmpus Capivari	52
2.6.3 Acessibilidade	53
2.6.4 Biblioteca: Acervo do Câmpus Capivari	55
2.7 Contexto escolar	57
2.8 Recursos Humanos	67
2.8.1 Corpo Docente da área de Química	67
2.8.2 Corpo Docente da Área de Informática	72
2.8.3 Corpo Docente da Área de Educação	74
2.8.4 Corpo Administrativo	76

2.9 Coordenadorias (Organograma)	80
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>81</b>
<b>Princípios Políticos e Pedagógicos</b>	<b>81</b>
3.1 As Dimensões da Ética, Política, Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade	81
3.2 Princípio Democrático De Gestão	84
3.3 Educação Profissional e o Mundo do Trabalho	86
3.4 A Dimensão do Ensino	87
3.5 Metodologias de Ensino	89
3.6 Avaliação do Processo da Aprendizagem	91
3.7 A Dimensão da Pesquisa	91
3.8 A Dimensão da Extensão	92
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>94</b>
<b>Modalidades de ensino, organização e estrutura</b>	<b>94</b>
4.1 Técnico	95
4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio	96
a) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	96
b) Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio	96
c) Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio-PROEJA	97
4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente	97
Técnico em Química	98
4.2 Graduação	98
4.2.1 Licenciatura	99
a) Licenciatura em Química	99
4.2.2 Tecnologia	100
a) Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	100
b) Tecnologia em Processos Químicos	100
C) Tecnologia em Processos Gerenciais	101
4.2.3 Pós-Graduação	102
a) Pós-Graduação Lato Sensu Em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	102
b) Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) - EaD	103
c) Outros cursos a serem implantados:	104
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>105</b>
<b>Políticas e atuações</b>	<b>105</b>
5.1 Assistência Estudantil	105
5.2 NAPNE - Ações Inclusivas	109
5.3 Formação Continuada	110

5.4 Políticas e Ações de Extensão	110
5.5 Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	111
5.6 Bolsa Discente	115
5.7 Órgãos Colegiados	115
5.7.1 Conselho de Câmpus	115
5.7.2 Colegiado de Curso	116
5.7.3 Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de Curso (CEIC)	116
5.7.4 Conselhos de Classe	116
5.7.5 Conselho de Classe Pedagógico	116
5.7.6 Conselho de Classe Deliberativo	117
5.8 Comissão Própria de Avaliação	117
5.9 Movimento/representação Estudantil	118
5.10 Diretorias do IFSP Câmpus Capivari- Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria Adjunta Administrativa	119
5.10.1 Coordenadoria Sociopedagógica -CSP	120
5.10.2 A Coordenadoria de Apoio ao Ensino - CAE	121
5.10.3 Coordenadoria de Registros Acadêmicos- CRA	122
5.10.4 Coordenadoria de Biblioteca- CBI	123
5.10.5 Técnicos de Laboratório	123
5.11 Diretoria Adjunta Administrativa- DAA	124
5.11.1 A Coordenadoria de Licitações e Contratos- CLT	124
5.11.2 A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF	125
5.11.3 Coordenadoria de Tecnologia da Informação- CTI	125
CAPÍTULO VI	127
Diagnóstico, Metas e Ações	127
6.1 Considerações Finais	136

## INTRODUÇÃO

O papel social assumido por uma instituição de ensino é formar cidadãos. Isso pressupõe oferecer aos alunos uma educação que os prepare não simplesmente para o mercado de trabalho, mas que lhes garanta as condições necessárias para alcançar uma vida próspera na sociedade da qual fazem parte. Para alcançar tal prosperidade, o indivíduo precisa possuir uma ampla gama de conhecimentos e saberes que o tornem capaz de avaliar o mundo, de expressar sua opinião com base em um pensamento crítico autônomo, de agir de forma consciente e coerente com suas convicções, seus valores, sua cultura, enfim, precisa estar preparado para usufruir de seus direitos e para exercer os deveres enquanto cidadão.

Diante de tal papel, cada instituição de ensino deve, a partir de um trabalho coletivo que envolva toda a comunidade escolar – professores, funcionários, alunos e familiares – e também a comunidade do entorno, de modo a definir os princípios norteadores que orientarão o trabalho pedagógico e o currículo. Para formalizar esse processo, a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta-se como um instrumento de grande relevância para todos os envolvidos com a educação. Resgatando as palavras de Gadotti, “todos não terão acesso à educação enquanto todos – trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação” (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p.40).

Nesse processo de construção do PPP, a participação dos alunos é fundamental para que estes assumam responsabilidade sobre a sua formação e possam definir quais são seus interesses e defendê-los. Assim, a formação cidadã se edifica na própria prática de construção deste documento, que, além de ser pedagógico, é político, e deve refletir os anseios e necessidades daqueles que serão alvo do processo educativo.

Como resultado de um trabalho coletivo, o PPP deve promover o rompimento com a imposição da classe dominante e promover, de maneira autônoma, a organização escolar. A esse respeito, Gadotti afirma que “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p. 37).

O Projeto Político Pedagógico que aqui se apresenta é constituído por seis capítulos. O primeiro é destinado à apresentação do histórico sobre a educação tecnológica no Brasil, bem como a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e seus

princípios norteadores, pautados no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Na sequência, temos, no segundo capítulo, a contextualização sobre o município de Capivari e a região à qual pertence. Nessa etapa, também são apresentadas as características do IFSP - Câmpus Capivari, sua infraestrutura, cursos oferecidos e dados sobre recursos humanos.

O Capítulo III se destina à reflexão sobre os princípios políticos e pedagógicos que orientam a instituição. Em seguida, o Capítulo IV aborda as modalidades de ensino oferecidas pelo Câmpus Capivari nos níveis técnico e superior. O capítulo V trata das políticas institucionais de atendimento ao discente e sua integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das políticas de representatividade discente na instituição. Por fim, o Capítulo VI apresenta um levantamento feito das demandas da instituição nos âmbitos do Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, assim como indicações de possíveis ações a serem tomadas a fim de solucionar as necessidades diagnosticadas.

Buscando promover o debate e incentivando a participação da comunidade do IFSP - Câmpus Capivari, o presente PPP é o resultado de um longo processo de reflexões de natureza político-pedagógica que buscou, desde o início, definir a organização escolar de nossa instituição, colocando como foco a formação cidadã de nossos discentes e a sua preparação para o protagonismo estudantil e para o desenvolvimento da consciência de pertencimento a uma coletividade.

# CAPÍTULO I

## Dos objetivos e finalidades

O primeiro capítulo trata inicialmente do histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e apresenta sua estrutura organizacional. Em seguida, contempla sua função social, objetivos e metas e seus princípios norteadores. Desta forma, pode-se entender a educação proposta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e como este processo vem sendo construído por meio de princípios éticos e de uma prática pedagógica que busca fortalecer a autonomia e a emancipação dos discentes, no âmbito da gestão democrática.

### 1.1 Histórico do IFSP

O ano de 2014 foi um marco para o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo** (IFSP). Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o IFSP completou, nesse ano, 105 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices**. Através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizes Artífices** em cada uma das capitais dos Estados da República. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Segundo a introdução do Decreto nº 7.566, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Em cada uma das **Escolas de Aprendizes Artífices**, haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam da disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem (Artigo 8º do Decreto nº 7.566).

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se

comparados aos que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos, sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo**, a **Escola de Aprendizes Artífices** teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos (PDI 2014-2018/IFSP, p.30-31).

Através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ser denominado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, já sob a gestão do presidente Getúlio Vargas. No entanto, com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, aquele foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa Lei, as **Escolas de Aprendizes Artífices** foram transformadas em liceus industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Artigo 37). Outra mudança trazida pela Lei nº 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente, pelo ensino primário; pelo ensino industrial; pelo ensino comercial; pelo ensino doméstico; pelo ensino secundário; pelo ensino superior; pelo ensino extraescolar e pelo ensino de educação física (Artigo 10º).

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão de obra especializada para as fábricas nacionais (Romanelli, 2000). Dessa forma, naquele ano, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro. Definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ela fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial. Este, por sua vez, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestria; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei nº 4.073 também previa que o ensino industrial deveria atender aos interesses: “1) *do trabalhador*, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana; 2) *das empresas*, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra; 3) *da nação*, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (Artigo 3º. grifos nossos). Cabia ao ensino

industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas (Artigo 4º. do Decreto-Lei nº 4.073).

Vale sublinhar ainda que o Decreto-Lei nº 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino: “III - (...) é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente” (Artigo 18). Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos (PDI 2014-2018/IFSP, p.34).

Também em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo. Tais escolas tinham como objetivo oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações” (Artigo 8, § 1º. do Decreto-Lei nº 4.127). Conforme o Decreto-Lei nº 4.127, porém, para que a **Escola Técnica de São Paulo** começasse a funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações” (Artigo 8, § 2º).

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, à **Escola Técnica de São Paulo** cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestria: fundição, serralheria, mecânica de máquinas, marcenaria e cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram edificações, desenho técnico e decorações de interiores (Artigo 10º).

Outro ponto de destaque na história da **Escola Técnica de São Paulo** foi a publicação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu as necessidades da política econômica em curso. Nesse ano, estava na presidência Juscelino Kubitschek, cujo governo ficou conhecido



por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico. A partir da Lei nº 3.552, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Os fins daqueles eram: “a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio” (Artigo 1º. da Lei nº 3.552). Além disso, por meio da criação do Conselho dos Representantes e do Conselho dos Professores, a Lei nº 3.552 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, deveria ser composto por seis membros, provenientes da comunidade. A seleção deles seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o Diretor da Escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei nº 4.759, que transformou a **Escola Técnica de São Paulo** em **Escola Técnica Federal de São Paulo** (ETFSP): “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (Artigo 1º).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emílio Médici exercia a presidência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como ficou conhecida, regulamentou o ensino de 1º e 2º graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio. O ensino de 1º grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação. Como explica Romanelli (2000, p.238), “o ensino de 1º grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei nº 5.692 foi o da terminalidade, ou seja, cada nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho (ROMANELLI, 2000,

p.238-239). Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º grau, o governo tinha duas metas: formar mão de obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973); e diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (CAMARGO; VILELLA, 2010, p.47-48). No que diz respeito à **Escola Técnica Federal de São Paulo**, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI 2014-2018/IFSP, p.40).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo** (Reitoria e Câmpus São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, técnico-administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antonio Soares Cervila concretizou uma antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP). Foi durante a gestão de Cervila que foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade paulista de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP Francisco Gayego Filho (PDI 2014-2018/IFSP, p.41-42). As UNEDs, surgidas no governo do então presidente José Sarney com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, deveriam vincular-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (CAMARGO; VILELLA, 2010, p.48). De 2006 a 2008, foram implantadas UNEDs em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos (PDI 2014-2018/IFSP, p.43-44).

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um Decreto (sem número) de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção

dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (Artigo 5º). Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Outro avanço para o **Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo** ocorreu com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Isso porque os CEFETs foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

Quando estava na presidência do país pela segunda vez, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Fazem parte dela os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais. Com exceção das últimas, as primeiras três instituições mencionadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892).

Os Institutos Federais, criados num total de 38 através da Lei, são definidos por esta como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Lei nº 11.892, artigo 2º). A presente norma ainda equipara os Institutos às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Os Institutos Federais, além disso, têm “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica” (Artigo 2º, § 3 da Lei nº 11.892).

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus que integram o Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O Conselho Superior, por sua vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-Reitores. Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. No caso do IFSP, o professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges foi nomeado para o cargo de Reitor pró tempore. Em abril de 2013, tomou posse o professor Eduardo Antonio Modena, o primeiro Reitor do IFSP, eleito por meio da participação da comunidade (PDI 2014-2018/IFSP, p.46).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Atualmente, o IFSP possui 37 câmpus espalhados pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

### **A função social**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP - historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino

profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem. Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino, do trabalho e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

O IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserirem no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

### **Os objetivos e metas**

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se na concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho. Entender o “trabalho como princípio educativo” coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011) têm como principais metas: a) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; b) estarem abertos à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade

EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; c) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

## **1.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (Art. nº 207). Na sequência desse esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir claramente os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, o que encaminha princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um

procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui em caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento, a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Art. 1º da

Lei nº 11.892, de 29/12/2008), que também os caracterizou como Instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (Art. 6º, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do artigo nº 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, considerando suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (FORGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual”, visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, nos quais o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Desse modo, busca-se aproximar os processos educativos da realidade na qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas, a mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, constitutivas do processo formativo, pelo qual se permita ensinar a pensar e a aprender, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente, já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociados e bem articulados, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.



### **1.3 Princípios norteadores**

A Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892 de 2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) são documentos norteadores das ações e princípios do Instituto Federal de Educação São Paulo. Destacamos a seguir algumas dessas concepções.

#### **Desenvolvimento humano**

O IFSP considera que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional. Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP, no contexto educacional e político brasileiro, parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua Lei de criação (Lei nº 11.892/2008), objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento”. (Art 2º). Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios, assume compromisso, em sua ação educativa, com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos é perpassado diretamente por uma ação educativa (PDI 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão, através do conhecimento construído, visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação,

capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Tal conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que considera o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar. A abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades relacionando o conceito diretamente com mudanças qualitativas<sup>1</sup>.

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado à justiça social, à democracia, ao trabalho e cultura, ao lazer e à possibilidade de avançar cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia. Ao fim de seus processos de formação, os estudantes-sujeitos terão não apenas se profissionalizado, mas se tornado mais conscientes de seu próprio lugar, no tempo e na história, e capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades.

## Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreendemos a **educação** como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com

---

<sup>1</sup> Tal como consta no portal do PNUD, “o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”. <[http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)>. Acesso em 16/10/2014

características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, assim, é fator importante e indispensável no processo de transformação da realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, o que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire (2014) identifica, na natureza do ser humano, propõe sustentar o processo de educação em um núcleo fundamental: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se. E não se educa sozinho, educa-se em comunhão. Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas sim, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e à revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo, de modo a permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento (DELLORS, 1999).

## **Educação Profissional e Tecnológica**

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano, tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a

educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (SETEC, 2010, p. 19).

Nosso objetivo principal compreende a formação profissional técnica e tecnológica de qualidade. Isso só se torna possível na medida em que o processo educativo contribui para a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora, se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (BRASIL. MEC. SETEC, 2010. p 10).

A formação destes sujeitos implica assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho, através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir dos anos 1990, devido à reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências, respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p 22).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do *trabalho como princípio educativo* (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2004), à medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. A educação deve, portanto, explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Outrossim, a educação profissional e tecnológica deve-se configurar como uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41).

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além disso, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire, que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, faz-se necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, segundo o qual as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada. Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação, que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, a qual precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

## **Conhecimento**

Paulo Freire (1992, p. 36) afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com os pensamentos de Paulo Freire, Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares:

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o Conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido (CORTELLA, 2008, p. 39, grifo do autor).

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade. Sendo o sujeito compreendido como ser sócio-histórico, produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação (IFSP, 2014, p.143), essa construção e transformação ocorrem por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi simultânea a uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a essa mudança, o surgimento de um novo conhecimento, o tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, visando à satisfação das necessidades, de modo a mediar a relação entre o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social (PDI 2014 – 2018).

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, relacionando diferentes realidades a tipos distintos de inovação tecnológica. A posição do Estado de São Paulo, em contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o Estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidades de melhor formação, devido à presença das consideradas melhores universidades do país. Assim, a educação profissional pautada em instrumentalizar o trabalhador para esses novos desafios

produtivos é papel do Estado. Nesse cenário, Pacheco afirma que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo contribui para o cumprimento desse papel:

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p.8).

Considerando esta visão de escola articulada ao trabalho e à formação integrada do estudante, temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido, o IFSP, em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP 2014, p.157).

Destaca-se ainda que o conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação, nesse viés, estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento à realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico, integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional, o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que, juntamente à ciência e à cultura, contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente, o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, a qual, além de propiciar sua transmissão de geração em geração, questiona esse processo, objetivando sua superação histórica em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar, então, que o conhecimento não é algo estático, mas sim um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (IFSP, 2014).

## **Currículo**

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas (PACHECO, 2001, p. 20).



O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos. Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdo, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo, acima de tudo e preponderantemente, uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades desse ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias; bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu; assegurando ainda a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e que se amplia nos aspectos socioeconômicos e culturais.

Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho, entre outros. A verticalização do ensino, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que traduzirá um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

## **Prática pedagógica**

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada para o mundo do trabalho.

Neste contexto, as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula (SACRISTÁN, 1999), constroem-se no IFSP, a partir da tensão entre o rotineiro e mecânico, e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e da gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecerem relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação. Dessa forma, as práticas educativas devem contemplar os diversos públicos presentes numa instituição, em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e, acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo deve prover uma educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira. O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando, de certa forma, no mundo do “outro”, reconhecendo a diferença que permite construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, ainda, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que se cuida da preservação ambiental.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re) construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos ser necessário priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

## **CAPÍTULO II**

### **Caracterização da unidade**

Os assuntos tratados neste capítulo se referem à caracterização do IFSP Câmpus Capivari, em suas diversas dimensões, tais como: localização, contexto regional, demandas locais e regionais, cursos ofertados, acervo bibliográfico, corpo docente e técnico-administrativo, infraestrutura, panorama socioeconômico dos discentes e organograma.

Desta forma, espera-se aproximar o leitor da realidade vivenciada no câmpus, para que haja uma melhor compreensão sobre os aspectos trabalhados ao longo do Projeto Político-Pedagógico.

#### **2.1 O Câmpus Capivari**

O Câmpus Capivari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) foi criado em 01/02/2010, como Câmpus Avançado vinculado ao Câmpus Salto, por meio de ato oficial realizado em Brasília, conduzido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2013, o IFSP Câmpus Capivari foi promovido a Câmpus Pleno.

A criação do Câmpus Capivari foi precedida pela assinatura de um termo de compromisso, envolvendo o MEC/SETEC (Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), o IFSP, o Município de Capivari, a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O objetivo do termo de compromisso foi a colaboração entre as partes, no sentido de criação do Câmpus, por meio da incorporação do Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Educacional de Capivari, objeto de convênio entre o Ministério da Educação e o CNEC, por meio do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional).

As primeiras atividades se deram em 26/07/2010, com a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Química e Manutenção e Suporte de Informática, tendo as primeiras turmas formadas em 2012.

Em 2011, foi firmada a parceria entre o IFSP e a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (IFSP, 2012). Assim, em 2012, iniciaram-se as primeiras turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Informática e Química que se mantiveram até

o ano de 2014. Em 2015, esses cursos passaram a ser ofertados integralmente pelo IFSP Câmpus Capivari.

O primeiro curso superior de tecnologia do Câmpus foi o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, iniciado em 2013. Em 2014, teve início o curso superior de Tecnologia em Processos Químicos. No ano seguinte, em 2015, teve início a primeira turma do curso de Licenciatura em Química. No ano de 2016, foi iniciado o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio PROEJA. E, no ano de 2018, o câmpus deu início à primeira turma do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação.

O câmpus também realiza projetos de ensino, pesquisa e de extensão, oferece o curso Estudos para Maturidade, além de outros cursos de curta duração de Formação Inicial e Continuada (FIC), e de Capacitação Interna. Realiza também eventos como: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Semana da Consciência Negra; Semana da Mulher, Semana de Linguagens, Arte e Cultura; IFSP na Praça; Semana de Talentos; Jornada de Acessibilidade e Inclusão; Semana da Licenciatura; dentre outras atividades que possibilitam a integração entre o IFSP e a comunidade local.

## **2.2 O Município de Capivari**

A cidade fundada em 10 de julho de 1832 encontra-se geograficamente em latitude 22°59'42" e longitude 47°30'28", possui uma população estimada de 55.768 habitantes (IBGE, 2019) e densidade demográfica estimada de 166,41 habitantes/km<sup>2</sup>, sendo estes distribuídos pelos 322,878 km<sup>2</sup> do município (IBGE<sup>1</sup>, 2017). Localiza-se em área em que predomina o bioma Mata Atlântica, e sua hidrografia é formada principalmente pelo Rio Capivari.

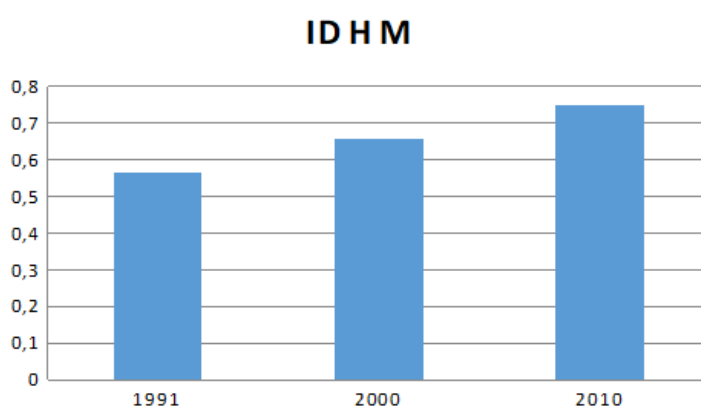
Situado no interior do estado de São Paulo, o município de Capivari pertence à mesorregião e microrregião de Piracicaba, a 140 km da capital do Estado, tendo áreas limítrofes com os municípios de Elias Fausto, Mombuca, Monte Mor, Porto Feliz, Rafard, Rio das Pedras e Santa Bárbara D'Oeste. Em suas proximidades, encontram-se os municípios de Americana, Campinas, Cerquillo, Itu, Hortolândia, Indaiatuba, Laranjal Paulista, Paulínia, Piracicaba, Saltinho, Sorocaba, Sumaré e Tietê.

O acesso se dá por importantes rodovias do estado de São Paulo, como a Rodovia do Açúcar (SP-308), interligando Capivari aos municípios de Salto, Sorocaba e Piracicaba, a SP-101, que liga a cidade à Região Metropolitana de Campinas e à cidade de Tietê, e SP-306, dando acesso à cidade de Santa Bárbara D'Oeste.

A economia da cidade se baseia na agricultura (principalmente da cana-de-açúcar), em indústrias têxteis, químicas e metalomecânicas que, nas últimas décadas, se instalaram no município. Em decorrência disso, muitos trabalhadores se submetem a vínculos precários de contratos de trabalho. Como exemplo, cita-se a mão de obra do trabalhador do corte de cana.

Na agricultura o município destaca-se pela produção de cana-de-açúcar, tendo produção relevante de milho, tomate e feijão. Enfatiza-se que a cultura da cana-de-açúcar ocupa uma área estimada de 23 mil hectares do município (IBGE<sup>2</sup>, 2012). Essa parcela do agronegócio foi responsável, em 2011, por 43.350 mil reais do PIB municipal; o restante veio da área industrial, com 425.108 mil reais, e a maior parcela teve como origem os serviços, 618,625 mil reais (IBGE, 2011).

Em relação ao IDH municipal, este subiu de 0,565 em 1991 para 0,750 em 2010, o que colocou o município de Capivari na 551<sup>a</sup> posição no ranking nacional. Em relação ao IDHM longevidade, o valor é de 0,848, o de Renda de 0,744 e o de Educação de 0,669.



*Gráfico 1- Evolução do IDHM de Capivari*

*Fonte: Adaptado de IBGE (2010)*

O município de Capivari oferece à sua população serviços e projetos relacionados ao fortalecimento e expansão da cultura municipal. A Biblioteca João Batista Prata, inaugurada

em 2 de dezembro de 1948 e recentemente restaurada, dispõe de um acervo de mais de 15.000 exemplares informatizados e à disposição da população. Além disso, a biblioteca possui obras gerais, obras de referência (dicionários, enciclopédias e livros de pesquisa), livros que relatam a história de Capivari, literatura e livros infantis, jornais, revistas e hemeroteca (recortes de jornais e folhetos).

Em 10 de dezembro de 1957, foi inaugurado o Museu Histórico Pedagógico Doutor Cesário Motta Júnior. O acervo do Museu é uma coleção com mais de dois mil objetos do final do século XVIII ao século XIX. Estão disponíveis obras de arte, fotografias, mobiliário, numismática, objetos domésticos e arqueológicos, objetos antropológicos e etnográficos relativos à ciência e história natural, além de objetos referentes à Revolução de 1932.

No que diz respeito à prática de esportes na cidade, um dos grandes destaques relaciona-se ao Capivariano Futebol Clube, que foi fundado em outubro de 1918, tendo entre as cores selecionadas o vermelho e o branco, e o Leão sendo sua mascote. Recentemente, no ano de 2014, conquistou o título do Campeonato Paulista Série A-2 e a vaga de maneira antecipada para a Primeira Divisão do Futebol Paulista Série A1. O clube se manteve nessa divisão até 2016.

Na área de educação, o município conta com 20 escolas para a pré-escola, 22 unidades para o ensino fundamental, e 6 para o ensino médio. O número de matrículas no ensino fundamental em 2015 era de 6.482, enquanto que, no ensino médio, havia 1.820. A equipe docente é composta por mais de 650 profissionais que atuam nos diferentes ciclos de ensino (IBGE, 2015). Além do ensino básico, o município conta com outras instituições de ensino que oferecem cursos superiores em diferentes áreas: IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), a CNEC (Campanha Nacional das Escolas da Comunidade), UniCesumar (Universidade Cesumar), Faculdades Anhanguera e a Escola de Negócios da Faculdade CeN.

## **2.3 A Região de Capivari**



O estado de São Paulo possui 645 municípios, divididos em 16 Regiões Administrativas que contam com 42 regiões de governo e 6 regiões metropolitanas (SEADE, 2017). Esta regionalização institucional resulta da organização do território a partir de agrupamento de municípios limítrofes e pode ser compreendida como o resultado do arranjo flexível de unidades territoriais e político-administrativas autônomas (EMPLASA, 2009). Nesse contexto, a região administrativa procura, entre outras funções, facilitar o diálogo e a colaboração entre estado e municípios, como Capivari, de forma a atender as peculiaridades de desenvolvimento de cada região do estado, favorecer um tratamento mais coerente do conjunto dos problemas socioeconômicos de cada comunidade e adotar critérios para a localização das instalações e atividades da Administração Estadual (SÃO PAULO, 1967).

Com o objetivo de melhorar o planejamento e a integração dos serviços públicos realizados pela administração centralizada e descentralizada do estado de São Paulo, foram instituídas as Regiões de Governo em 1984. As características regionais similares possibilitaram a inserção do município de Capivari na Região de Piracicaba, juntamente com as cidades de Águas de São Pedro, Charqueada, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra e São Pedro (SÃO PAULO, 1984).

Essa Região de Governo apresenta uma estimativa de população total de 559.815 pessoas que são distribuídas conforme Figura 2. O município de Piracicaba é o mais populoso com 380.494, seguido por Capivari com 55.768 habitantes, sendo Águas de São Pedro o menos populoso com apenas 2.966 pessoas.



Figura 1 - Distribuição da população da Região de Governo de Piracicaba.

Fonte: IBGE (2014).

O município de Capivari está inserido na Região Administrativa de Campinas, que é composta por 90 municípios, com uma população estimada de 6,752 milhões de pessoas. A região ocupa uma área de 27.093 km<sup>2</sup>, o que representa 10,9% do estado. Até o final do século XIX, a região foi a maior produtora de café do estado. Com o declínio da produção cafeeira, expandiram-se a indústria e os transportes, a alta tecnologia, o setor de refino de petróleo, as instituições de pesquisa e as universidades. A região é caracterizada por uma agricultura moderna e diversificada, havendo a produção de flores, café, citricultura, hortícolas e culturas anuais, com destaque para a cana-de-açúcar.

Para o transporte das mercadorias produzidas nessa importante região são utilizadas as malhas rodoviária, ferroviária e também aeroportuária. Destacam-se as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ligando a região de São Paulo ao interior do Estado. A região também conta com uma ferrovia e com o aeroporto internacional de Viracopos, o segundo maior do Brasil em movimento de carga aérea, e o primeiro em volume e valor de importação.



Figura 2 - Mapa da Região Administrativa de Campinas.

Fonte IGC (2014)

Em relação ao desenvolvimento da região, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), está entre os maiores do país, sendo que apenas os municípios de Elias Fausto e Santa Maria da Serra possuem IDHM médio, e o município de Águas de São Pedro, um IDHM de 0,854, que o classifica como muito alto e o coloca na segunda posição no ranking nacional. Os demais municípios apresentam IDHM entre 0,719 e 0,791, sendo classificados como de Alto IDHM. Os valores obtidos por cada um dos municípios podem ser observados na Figura 3.



Figura 3 - Distribuição do IDHM dos municípios da Região de Governo de Piracicaba.

Fonte: IBGE (2014).

Em relação ao rendimento per capita dos domicílios particulares permanentes na zona urbana, a Região apresenta um valor médio de R\$ 672,50. Já o rendimento médio per capita para a área rural é de R\$ 540,71, comprovando o menor rendimento para área rural quando comparado aos ganhos na área urbana. Esses valores são apresentados por município nas figuras 3 e 4.



Figura 4 - Rendimento Médio - área urbana

Fonte: IBGE (2014).



Figura 5 - Rendimento Médio - área rural

Fonte: IBGE (2014).

Em relação à saúde, a Região de Governo de Piracicaba possui 17 estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência clínica, sendo 2 em Capivari (IBGE, 2014). Conta também com 141 estabelecimentos de atendimento público na Região, sendo 16 no município de Capivari (IBGE, 2014).

Na educação, a região conta com estabelecimentos de ensino sendo, no setor público, a educação básica dividida entre municípios, estado e governo federal. A região conta com importantes instituições de ensino técnico profissionalizante como as Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETECs), localizadas em Rio das Pedras e Piracicaba, e o IFSP, com câmpus em Capivari e Piracicaba.

Em relação ao ensino superior, a Região possui instituições públicas renomadas como o IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo nos municípios de Capivari e Piracicaba, a USP – Universidade de São Paulo, em Piracicaba, UNICAMP – Universidade de Campinas e FATEC – Faculdade de Tecnologia de São Paulo, em Piracicaba, além de instituições de Ensino Superior Privado como a Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba e a CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

No quesito cultural, a Região apresenta importantes referências tais como: o Memorial Tarsila do Amaral, o Batuque de Umbigada, a Congada, o Salão Internacional de Humor de Piracicaba, entre muitas outras manifestações culturais.

O Memorial Tarsila do Amaral é um centro cultural sem fins lucrativos, mantido através de doações e com verbas do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Rafard. Iniciado em 1999, o Memorial Tarsila do Amaral, como exposição itinerante, contava com fotos, slides e monitoria de pessoas especializadas que viajavam por todo o estado de São Paulo, até o ano de 2002. Desde então, o Memorial instalou-se na casa onde Tarsila nasceu, na fazenda São Bernardo, localizada atualmente na cidade de Rafard, e, posteriormente, foi transferido para o centro da cidade, onde permanece. O acervo possui cerca de 400 itens entre documentos, fotografias, obras e cartas. A Fazenda São Bernardo sedia atualmente, o projeto Luz de Pirilampo, que está em fase de implantação e propõe incentivar estudos identitários e valorizar o universo cultural caipira.

Em Capivari, a Galeria Tarsila do Amaral, inaugurada em 2018, conta com exposição permanente sobre a artista, reúne documentos históricos, além de receber mostras artísticas e promover inúmeras atividades culturais e artísticas.

Desde 2018, o “Memorial Virginia e Carlos Mattos” foi reconhecido como Ponto de Cultura, programa da Cultura Viva no Estado de São Paulo. Esse reconhecimento colocou a “Casa Rosa” em uma rede de incentivo e disseminação de iniciativas culturais do Governo Federal. Sua missão declarada é a “de promover a democratização do conhecimento, a difusão e o fomento à cultura, o incentivo às propostas de economia criativa a partir da preservação da memória de duas personalidades consideradas de grande valor para a vida cultural e educacional de Capivari, centradas em valores humanísticos e igualitários”.

O Quintal da Dona Marta, em Capivari, abriga projetos culturais e sociais na periferia da cidade, tornando-se a sede do Batuque de Umbigada. A umbigada é de origem africana, A dança chegou ao Brasil a partir do século XVII, junto com os negros africanos, "trazidos" como escravos pelos colonizadores portugueses. Nessa época, os portugueses aplicavam o termo batuque qualquer tipo de música percussiva ou dança praticada pela comunidade negra.

Ainda nos dias atuais encontram-se o Batuque Paulista ou Batuque de Umbigada com mais intensidade nas cidades de Tietê, Capivari, Piracicaba e na Grande São Paulo, em Barueri, que resgatou recentemente esta manifestação que era praticada pelo Mestre Aggêo Pires (1908-1977) nos anos de 1970 no município.

Outra manifestação cultural de destaque na região ocorre na cidade de Mombuca, a Festa de São Pedro, que atrai visitantes de toda região. A festa é realizada anualmente, entre o final de junho e início de julho.

## **2.4 Dados Institucionais**

**NOME:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**SIGLA:** IFSP – CPV

**CNPJ:** 10.882.594/0027-02

**NATUREZA JURÍDICA:** Autarquia Federal

**VINCULAÇÃO:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

**ENDEREÇO:**

Av. Dr. Ênio Pires de Camargo, 2971. São João Batista. Capivari/SP

CEP: 13360-000

TELEFONE: (19) 2146-6700

**PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:** [cpv.ifsp.edu.br](http://cpv.ifsp.edu.br)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [cdi.cpv@ifsp.edu.br](mailto:cdi.cpv@ifsp.edu.br)

**DADOS SIAFI:** UG: 158712

**GESTÃO:** 26439

**NORMA DE CRIAÇÃO:** Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

**NORMA QUE ESTABELECEU A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**ADOTADA NO PERÍODO:** Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

**FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE:** Educação

**AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO:** Resolução nº 30, de 23/12/2009

## **2.5 Cursos oferecidos**

Os cursos integrados ao ensino médio do IFSP Câmpus Capivari têm como proposta a formação integral, que contemple, ao mesmo tempo, a formação básica, própria do ensino Médio; a formação técnica atendendo às especificidades de cada curso (informática, química e administração); e a formação cidadã, que contribua para o processo da formação ética e crítica.

### **2.5.1 Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos - Proeja**

O Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, é um curso voltado para alunos com mais de 18 anos, que não tenham concluído o Ensino Médio. Tem duração de 3 anos e é ministrado no período noturno, podendo, também, ocorrer aos sábados.

Seu objetivo é proporcionar um espaço de inserção de jovens e adultos trabalhadores em uma educação de excelência, aliando a escolarização básica à formação profissional, de forma a articular experiências de vida aos saberes escolares. Nesse sentido, objetiva-se, ainda, formar profissionais competentes com técnica, ética e elevado grau de responsabilidade social, visando a uma formação humana e cidadã, alicerçada na articulação entre ciência, tecnologia e cultura.

O técnico em administração é um profissional que executa as funções de apoio administrativo, confecção e expedição de documentos; executa, também, as funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle; opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material; utiliza ferramentas da informática básica como suporte às operações organizacionais; entre outras atividades.

O perfil profissional é definido pela formação integrada e requalificação dos trabalhadores, de modo que jovens e adultos possam adquirir e/ou aprimorar competências e habilidades, buscando-se proporcionar mais chances de inserção no mundo do trabalho, bem como possibilitar o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Tal formação é pautada em bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando-se o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político econômica e o desenvolvimento sustentável, agregados a valores artístico-culturais.

### **2.5.2 Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**

O Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é um curso oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e oferece tanto a formação do Ensino Médio quanto a formação técnica profissional. Tem duração de 3 anos e é ministrado em período integral.

O técnico em informática é um profissional que desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação; utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados; realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados; executa manutenção de programas de computadores implantados; entre outras atividades.

O perfil profissional é definido pela identidade da formação integrada, considerando o nível de autonomia e responsabilidade do técnico formado, os ambientes de atuação, os relacionamentos necessários, os riscos a que está sujeito, e a necessidade de continuar aprendendo e se atualizando.

### **2.5.3 Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**

O Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio é um curso oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e oferece tanto a formação do Ensino Médio quanto a formação técnica profissional. Tem duração de 3 anos e é ministrado em período integral.

O técnico em química é o profissional que atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos; planeja e coordena os processos laboratoriais; realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas; realiza, também, vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos; participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos; atua com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, as normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança; entre outras atividades.

O mercado de trabalho para o Técnico em Química inclui empresas do setor químico e petroquímico, além de outros setores em que são realizadas operações ou análises de processos químicos, incluindo empresas da área de alimentos, plásticos, bebidas, automotivas, metalúrgicas, dentre outras.

### **2.5.4 Técnico em Química Concomitante/Subsequente**



O Técnico em Química Concomitante/Subsequente é um curso oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando, no mínimo, o segundo ano do Ensino Médio. Tem duração de 4 semestres e é ministrado no período noturno.

O técnico em Química é o profissional que atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos; planeja e coordena os processos laboratoriais; realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas; realiza, também, vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos; participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos; atua com responsabilidade ambiental e em observância às normas técnicas e de segurança; entre outras atividades.

O profissional pode atuar em indústrias, empresas de comercialização e assistência técnica, laboratórios de ensino, de calibração, de análise e controle de qualidade e entidades de certificação de produtos. Deve ser comprometido com a transformação da sociedade, com o respeito à cidadania, aos padrões éticos e ao meio ambiente, atingindo, assim, a formação social e crítica do ser humano.

### **2.5.5 Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

O curso superior tecnológico Análise e Desenvolvimento de Sistemas é oferecido a quem já concluiu o ensino médio ou equivalente e apresenta como objetivo geral capacitar os estudantes, por meio de um itinerário formativo interdisciplinar e prático, a atuarem na área de TI (Tecnologia da Informação) em atividades de análise, projeto, desenvolvimento, gerenciamento e implantação de sistemas de informação computacionais direcionados para o mercado de trabalho corporativo. Tem duração de 6 semestres e é ministrado no período noturno.

O tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas de informação computacionais. Trabalha, também, com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologia de projetos na produção de sistemas.

Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais à atuação desse profissional, que

também está preparado para contribuir com solução de problemas das organizações e da sociedade em geral, de modo ético, cordial, respeitoso, com vistas à responsabilidade socioambiental.

#### **2.5.6 Tecnologia em Processos Químicos**

O curso tecnológico em Processos Químicos é oferecido a quem já concluiu o ensino médio ou equivalente e apresenta como objetivo formar profissionais de nível superior aptos a atuar nas indústrias química, petroquímica, eletroquímica, farmacêutica, alimentícia e de produção de insumos. Tem duração de 7 semestres e é ministrado no período noturno.

Com vistas a otimizar e adequar os métodos analíticos envolvidos no controle de qualidade de matérias-primas, reagentes e produtos dos processos químicos industriais, este profissional planeja, gerencia e realiza, também, ensaios e análises laboratoriais, registra e interpreta os resultados, emite pareceres, seleciona os métodos e as técnicas mais adequadas à condução de processos de uma unidade industrial, considerando em sua atuação a busca da qualidade, viabilidade e sustentabilidade, com amplo domínio teórico e experimental, incluído o caráter ético, humano e empreendedor.

#### **2.5.7 Tecnologia em Processos Gerenciais**

O Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais é oferecido a quem já concluiu o ensino médio ou equivalente e apresenta como objetivo geral formar profissionais capazes de desenvolver e executar métodos e técnicas de gestão, com visão sistêmica e fundamento científico, para aprimorar os processos gerenciais, atuando como profissionais, cidadãos, empreendedores, críticos, éticos, responsáveis social e ambientalmente, respeitando e reconhecendo a diversidade cultural. O curso tem duração de 2 anos divididos em 4 semestres e será oferecido a distância.

#### **2.5.8 Licenciatura em Química**

O curso superior de Licenciatura em Química é oferecido a quem já concluiu o ensino médio ou equivalente e objetiva formar profissionais licenciados, em nível superior de graduação plena, para atuarem na educação básica, visando, para tanto, fornecer uma sólida formação humanística e científica na área pedagógica e na área específica. Tem duração de 8 semestres e é ministrado no período matutino.

#### **2.5.9 Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação**

O curso em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação é oferecido a graduados em qualquer área do conhecimento, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Tem duração de 3 semestres e é ministrado no período noturno, às terças e quintas-feiras.

Seu objetivo é proporcionar ao participante uma formação complementar e específica, direcionada para a compreensão das relações entre as tecnologias da informação e comunicação e os processos educacionais, assim como contribuir para o domínio técnico das ferramentas tecnológicas por parte dos participantes, tanto para uso pessoal quanto para uso didático-pedagógico.

#### **2.5.10 Previsão de abertura de novos cursos**

Estão em fase de construção outros quatro cursos que serão oferecidos em breve pelo câmpus, sendo dois cursos Técnicos concomitantes/subsequentes: Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Alimentos; e também dois cursos de pós-graduação: Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Línguas e Pós-graduação Lato Sensu em Educação em Ciências e Matemática.

### **2.6 Estrutura física**

#### **2.6.1 Instalações e equipamentos**

O prédio está localizado na Avenida Ênio Pires de Camargo, n. 2.971, no bairro São João Batista, CEP: 13360-000, Capivari/SP. O terreno possui três níveis (alturas), mas o acesso à entrada do prédio é plano.

O Câmpus Capivari apresenta dez salas de aula, onde são desenvolvidas as aulas teóricas, possui sete laboratórios de Informática, quatro laboratórios de química (sendo um

deles equipado para as aulas de microbiologia, e outro, para pesquisa), um laboratório de física, um espaço maker (laboratório de ensino), biblioteca, cantina e auditório, além de ambientes administrativos com salas para direção, coordenadorias, núcleo docente estruturante, sala de videoconferência, secretaria acadêmica, sala de atendimento de alunos, audiovisual, quatro salas de professores, sala de reunião, instalações administrativas, central de processamento de dados, copa, banheiros, vestiários, quadra de areia, campo de futebol, quadra poliesportiva e estacionamento. O IFSP Câmpus Capivari está instalado em uma área de 30.000 m<sup>2</sup>, sendo 3.640,00 m<sup>2</sup> de área construída.

## 2.6.2 Infraestrutura Física do Câmpus Capivari

*Quadro 1 - Infraestrutura Física do Câmpus Capivari*

<b>Instalações</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
Auditório (01)	158,75
Área de apoio pedagógico	52,60
Área para serviços de apoio	271,28
Biblioteca	210,00
Instalações Administrativas	140,88
Laboratórios de Informática ( 7)	298,56
Laboratórios de Química (4) + sala de apoio	311,89
Salas de aulas teóricas (10)	443,00
Laboratório de Ensino- Espaço Maker	67,04
Laboratório de Física (01)	33,26
Laboratórios de Alimentos (2)	40,00
Quadra Poliesportiva	600,00
Salas dos docentes (4)	196,51
Outras áreas construídas	856,23
<b>Total</b>	<b>3.680,00</b>

**Fonte:** Pesquisa Interna - Elaboração própria

As salas coletivas de uso dos docentes possuem recursos de tecnologia da informação e comunicação e são divididas em espaços de trabalho para uso individual dos docentes. Os

espaços de trabalho são equipados com mesas individuais, computadores individuais conectados à internet e intranet e às impressoras do câmpus. As salas de aulas possuem ventiladores e amplas janelas com cortinas *blackout* que possibilitam a passagem com controle de luz. Cada sala de aula tem instalado um computador de mesa para uso do professor e um projetor para uso durante as atividades. Todo espaço interno do câmpus possui rede via *wireless* para a rede sem fio. O campus dispõe de lousas digitais, projetores, notebooks para uso dos servidores em aulas, reuniões e eventos

O hall de entrada é um espaço amplo que é utilizado para muitas funções, dentre elas, alimentação, para atividades culturais, convivência, jogos, dentre outras. Nesse espaço, encontram-se acesso à entrada principal do câmpus, à cantina, à empresa de reprografia, à secretaria, à biblioteca e ao auditório.

Para os alunos, há disponível microondas, geladeiras e um freezer para armazenamento e aquecimento dos lanches.

Recentemente foi construído, no lado externo do câmpus, um pergolado com bancos para ampliar o espaço de convivência dos estudantes. Esse espaço dispõe de um lavatório duplo de inox para higienização de recipientes dos alunos. Também foi construída uma quadra de esportes com cobertura para realização das atividades de educação física e outras atividades.

### **2.6.3 Acessibilidade**

O terreno do câmpus possui três níveis (alturas), mas o acesso à entrada do prédio é plano. A partir de sua entrada, existe uma guarita com amplo portão e guias rebaixadas, calçadas extensas feitas de bloquetes, que causam pequena trepidação para pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda em sua parte externa, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência e idosos, sendo que o acesso ocorre por meio de guia rebaixada e a largura para circulação na rampa é ampla e superior a 180 cm.

No interior do prédio, em seu hall, há uma grande porta de vidro com faixa contrastante. A escola possui dois andares com piso tátil, seguindo toda a extensão do Câmpus, para orientar

pessoas com deficiência visual ou com baixa visão, conforme NBR 9050, e mapa tátil para facilitar a localização dos espaços.

O acesso ao andar superior pode ser feito por escada com corrimãos, sinalizados em braille, com anéis de borracha para sinalização tátil e degraus com sinalização visual, pintados com esmalte epóxi; ou por uma plataforma elevatória, viabilizando, dessa forma, o acesso ao 2º andar aos alunos e servidores com deficiência física ou mobilidade reduzida.

O prédio possui, de forma geral, instalações que não impedem a mobilidade de pessoas com necessidades específicas de locomoção. As áreas comuns, salas de aulas, corredores e portas de acesso a laboratórios e salas são amplas, estando dentro das dimensões referenciais para deslocamento de cadeirantes, tratadas na NBR 9050.

Há quatro banheiros para pessoas com necessidades específicas de locomoção, sendo dois masculinos e dois femininos, um de cada gênero por andar (térreo e primeiro andar), com pia e vasos sanitários adaptados, barras de apoio e aviso sonoro.

Em relação aos laboratórios, os de Informática são adequados conforme estabelecido no Catálogo Nacional de cursos, porém não adaptados para estudantes com necessidades educacionais específicas. Já os de Química são espaçosos, com bancadas de trabalho altas e adaptáveis. Em anos anteriores, por exemplo, uma plataforma para acesso de aluno com nanismo foi projetada e construída.

O câmpus possui um docente na área de Libras que, além de lecionar o componente curricular em questão, oferece cursos de formação inicial e continuada para a comunidade interna e externa, com o propósito de capacitar o máximo de pessoas possíveis para atender às necessidades do município. Há, também, um tradutor e intérprete de Libras para atender às necessidades das pessoas surdas e fazer traduções, tanto em sala de aula, como em eventos e demais atividades.

O câmpus também possui computadores com programas para atender às necessidades específicas dos estudantes, como por exemplo, leitor de tela. Essas adaptações são feitas sob demanda e necessidades dos estudantes.

Importante ressaltar que o câmpus está mapeado em Libras, o que contribui para a acessibilidade comunicacional.

Além das questões elencadas acima, o Câmpus Capivari está sempre trabalhando para se adequar a outras necessidades específicas que podem surgir, tornando-se, assim, cada vez mais acessível e inclusivo.

#### **2.6.4 Biblioteca: Acervo do Câmpus Capivari**

A biblioteca conta com uma área de 210,00 m<sup>2</sup>, possui espaços de estudo individual e em grupo, quatro computadores para pesquisas na internet e acervo bibliográfico para consulta e empréstimo. Atualmente conta com duas bibliotecárias e uma auxiliar de biblioteca para a organização do acervo e atendimento ao público nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O acervo é composto por livros, periódicos, multimeios e monografias, em diferentes suportes, que atendem aos requisitos legais quanto ao número de exemplares das bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos pelo Câmpus, além de livros de literatura e livros voltados ao ensino médio-técnico. Atualmente a biblioteca do Câmpus conta com 9 mil exemplares, de diversas áreas.

Com o objetivo de ampliar o acervo e atender aos novos cursos, aquisições anuais têm sido realizadas. O acervo pode ser consultado no sistema Pergamum. É possível efetuar pesquisas por assunto, título e autor. Link para o sistema Pergamum: <http://pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br>

Quadro 2 - Acervo da Biblioteca do Câmpus Capivari

<b>Tipo de obra</b>	<b>Área do conhecimento</b>	<b>Quantidade 2015</b>	<b>Quantidade 2020</b>
<b>Livro</b>	1. Ciências Exatas e da Terra	2476	3301
	2. Ciências Biológicas	80	215
	3. Engenharias	461	414
	4. Ciências da Saúde	108	167
	5. Ciências Agrárias	18	39
	6. Ciências Sociais Aplicadas	1461	966
	7. Ciências Humanas	461	2074
	8. Linguística, Letras e Artes	805	1352
<b>Periódico</b>	1. Ciências Exatas e da Terra	148	12
	2. Ciências Biológicas	0	1
	3. Engenharias	18	6
	4. Ciências da Saúde	22	1
	5. Ciências Agrárias	2	7
	6. Ciências Sociais Aplicadas	0	16
	7. Ciências Humanas	51	219
	8. Linguística, Letras e Artes	0	18
	9. Outros	163	280
<b>Obras de referência</b>	1. Ciências Exatas e da Terra	2	0
	2. Ciências Biológicas	2	2
	3. Engenharias	0	0
	4. Ciências da Saúde	2	0
	5. Ciências Agrárias	0	0
	6. Ciências Sociais Aplicadas	2	37
	7. Ciências Humanas	6	10
	8. Linguística, Letras e Artes	21	47
	9. Outros	0	0
<b>TFC (Trab.Final Curso Técnico)</b>	1. Ciências Exatas e da Terra	0	61
	2. Ciências Biológicas	0	0
	3. Engenharias	0	3
	4. Ciências da Saúde	0	3
	5. Ciências Agrárias	0	9
	6. Ciências Sociais Aplicadas	0	0
	7. Ciências Humanas	0	4
	8. Linguística, Letras e Artes	0	1
	9. Outros	0	0
<b>Vídeos</b>	---	0	
<b>DVD</b>	---	0	
<b>CD Rom's</b>	1. Ciências Exatas e da Terra	158	1
	3. Engenharias		12
	8. Linguística, Letras e Artes		3
<b>Assinaturas eletrônicas</b>	---	0	0
<b>Outros</b>	Fones de Ouvido	0	7
	Tese	0	1
<b>Total de exemplares do acervo</b>		<b>4934</b>	<b>9289</b>

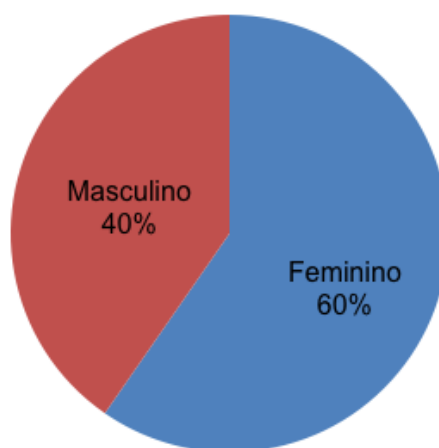
Fonte: Pesquisa Interna - Elaboração própria



## 2.7 Contexto escolar

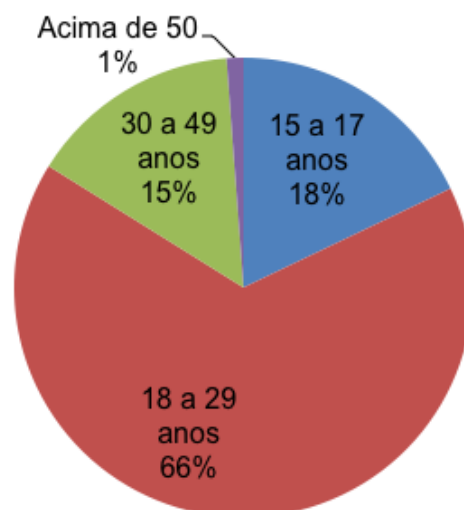
Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Capivari possui aproximadamente 754 alunos regularmente matriculados. Para a realização da análise e compreensão de nosso contexto escolar, utilizamos informações provenientes do questionário “Caracterização Socioeconômica” referentes ao primeiro semestre de 2020, presente na plataforma SUAP. Ao todo, 508 alunos responderam ao questionário, sendo, em sua maioria, alunos inscritos no Programa de Assistência Estudantil, pois o preenchimento é obrigatório para participar do processo de análise e posterior recebimento do auxílio financeiro.

No âmbito dos dados pessoais, tais como sexo, idade, estado civil, raça e origem escolar, pode-se constatar que, como elucidam os gráficos 2 a 7, mais da metade dos entrevistados são do sexo feminino (60%), a faixa etária da população atendida encontra-se entre 18 e 29 anos (66%), a maioria dos discentes são solteiros (84,5%) e autodeclararam-se brancos (56,10%). Além disso, a maioria dos alunos declarou ter realizado seus estudos somente em escola pública, tanto no ensino fundamental (85%) quanto no Ensino Médio (83,9%).



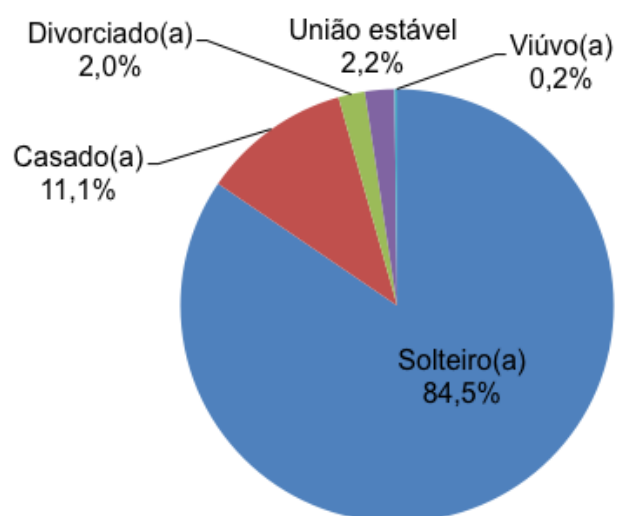
*Gráfico 2 - Relação do sexo dos alunos matriculados no Câmpus Capivari*

**Fonte:** Pesquisa Interna - Elaboração própria



*Gráfico 3 - Relação da idade dos alunos matriculados no Câmpus Capivari*

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria



*Gráfico 4 - Estado Civil dos alunos matriculados no Câmpus Capivari*

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

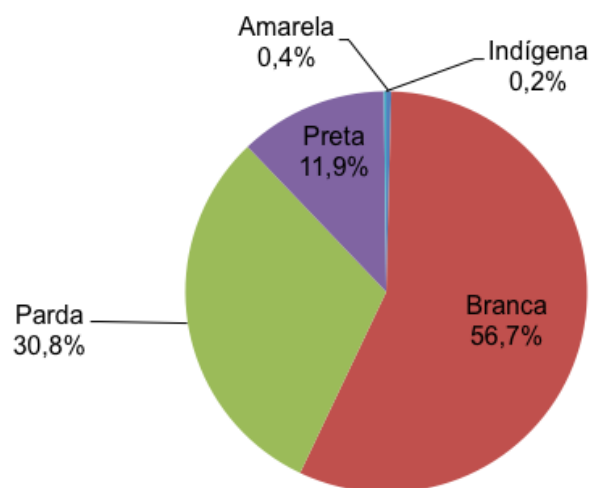


Gráfico 5 - Raça dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

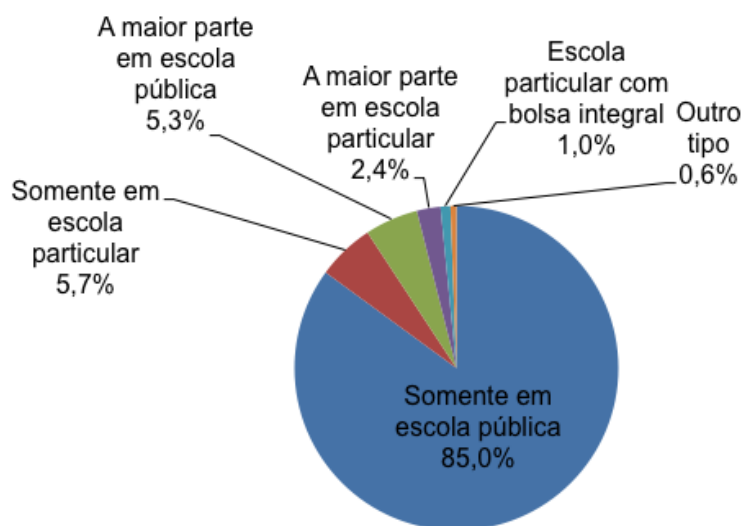


Gráfico 6 – Tipo de escola cursada no ensino fundamental dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

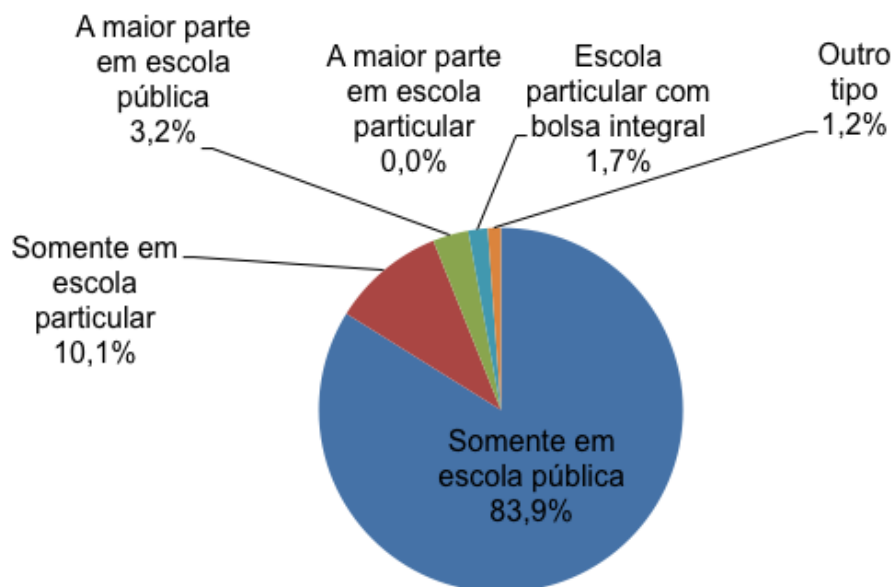


Gráfico 7 – Tipo de Escola cursada no Ensino Médio dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

Diante desse cenário, é possível realizar uma breve análise do público assistido pelo Câmpus Capivari. Como observado, existe uma pequena diferença, de apenas 10% (com predominância feminina), entre o público masculino e feminino inscrito nos cursos ofertados. Esse aspecto pode ter relação com a nova posição que a mulher vem ocupando no mundo do trabalho.

Outro dado interessante se refere à faixa etária predominante entre os alunos. A maioria dos discentes tem idade entre 15 e 29 anos (84%), sendo 66%, entre 18 e 29, e 18%, entre 15 e 17 anos. Tal aspecto deve ser levado em consideração durante os processos ensino-aprendizagem, sabendo-se que essas etapas do ciclo geracional compõem um momento essencial para a constituição pessoal e profissional dos sujeitos e que, portanto, se tornam relevantes no desenvolvimento das atividades educacionais a serem exercidas.

A predominância da faixa etária até os 29 anos apresenta reflexos também no nível de escolaridade e estado civil dos alunos do Câmpus Capivari. Nota-se que a maioria está cursando ou já concluiu o ensino médio há pouco tempo e que está em busca da continuação da vida acadêmica, qualificação profissional, colocação no mercado de trabalho e melhores oportunidades de emprego. Já sobre o estado civil dos discentes, 84,5% mencionaram que são solteiros.

Verificou-se que a maioria dos alunos se autodeclara branca. É importante entender que a questão da raça no território brasileiro é perpassada pela questão da mestiçagem, tendo em vista a nossa formação sócio-histórica, que engloba diferentes raças, etnias e culturas. Dessa forma, nota-se que 56,7% dos discentes se autodeclararam brancos e 30,8%, pardos. Esse resultado se assemelha aos dados encontrados no Censo 2010, realizado pelo IBGE, em que 47,7% da população brasileira se autodeclara como branca, e 43,1%, como parda.

Observa-se que, em relação à origem escolar, além de estar associada ao fato de ser uma instituição pública, semelhante às demais escolas frequentadas anteriormente pela maioria dos discentes consultados, as ações afirmativas existentes no câmpus estão alinhadas com a missão institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: “Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento”.

Já no âmbito socioeconômico, além de considerarmos a renda individual e familiar, precisamos compreender também o contexto familiar no qual nosso discente está inserido e pelo qual é influenciado. Por esse motivo, nos gráficos de 8 a 17, buscamos sintetizar os dados encontrados em relação à situação de moradia do aluno, à situação familiar e à situação financeira e escolar dos discentes e seu núcleo familiar.

Vale lembrar que se entende família como um “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços sanguíneos” (MIOTO, 1997, p. 120). Compreende-se que esse espaço é responsável pela socialização da vivência, pela busca coletiva da sobrevivência e pela proteção recíproca aos seus membros, tendo em vista que tal núcleo assegura o aporte afetivo e material necessário ao desenvolvimento dos seus integrantes.

Como podemos observar nos gráficos 8, 9, 10 e 11, apresentados a seguir, nota-se que a maioria dos alunos reside com os pais (51,5%), em imóveis próprios (48,6%), na área urbana (94%), onde, em média, de 3 (27,7%) a 4 (37%) pessoas compõem o núcleo familiar desses discentes.

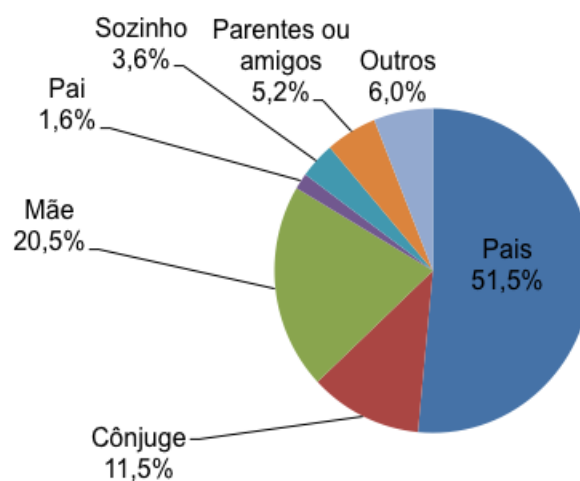


Gráfico 8 – Companhia domiciliar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

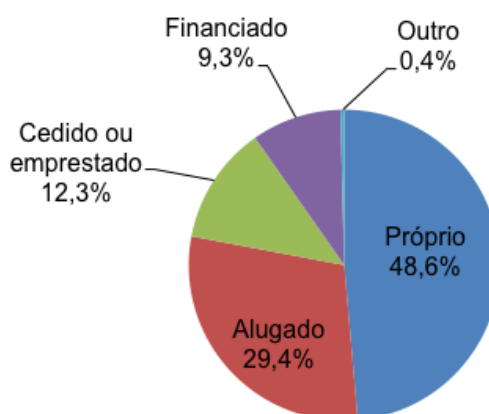


Gráfico 9 – Tipo de imóvel no qual reside o núcleo familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria.

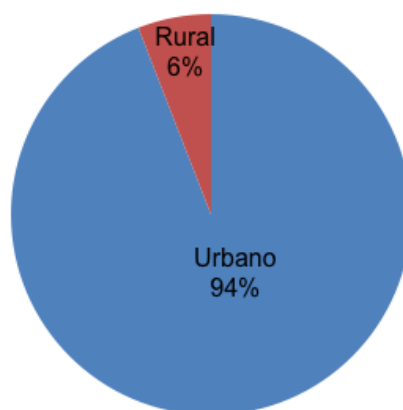


Gráfico 10 – Zona residencial dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria.

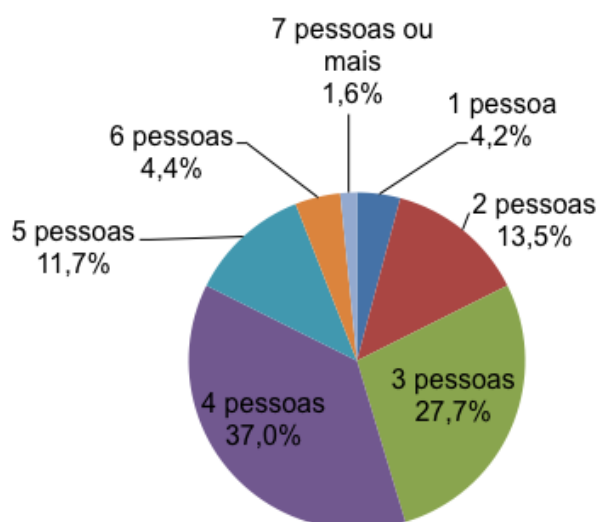


Gráfico 11 – Número de integrantes que compõe o grupo familiar que residem com os alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria.

No que diz respeito à situação financeira dos discentes e seu núcleo familiar, encontra-se o seguinte cenário, sintetizado nos gráficos 12, 13, 14 e 15: a maioria dos alunos estão desempregados (35,1%) ou nunca trabalharam (31%); o principal responsável financeiro é o pai (42%), seguido pela mãe (28,4%); grande parte possui uma renda bruta familiar superior a R\$ 2.000,00 (28,4%) e uma renda per capita entre  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (29,7%) até 1 salário mínimo (37,4%).

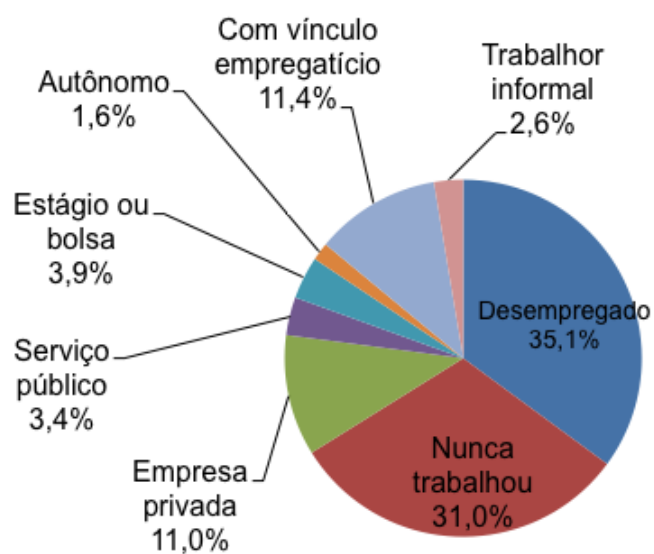


Gráfico 12 – Situação de trabalho dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

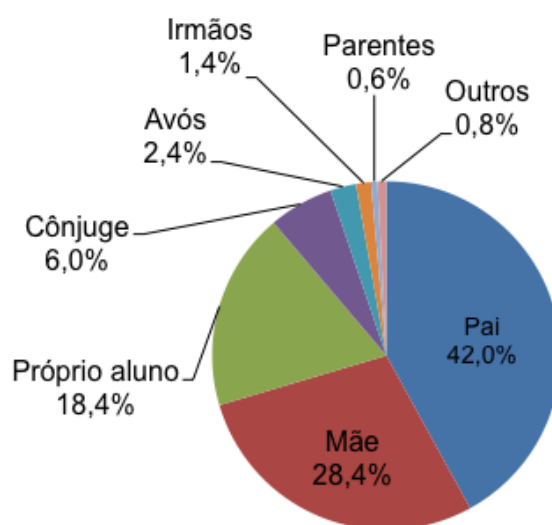


Gráfico 13 – Principal responsável financeiro declarado pelos alunos matriculados no Câmpus Capivari

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria



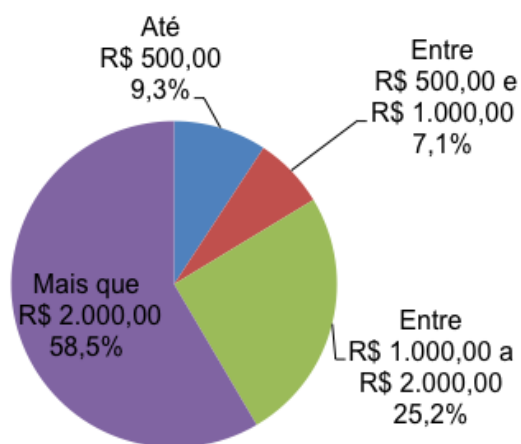


Gráfico 14 – Renda bruta familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

Fonte: Pesquisa Interna – Elaboração própria

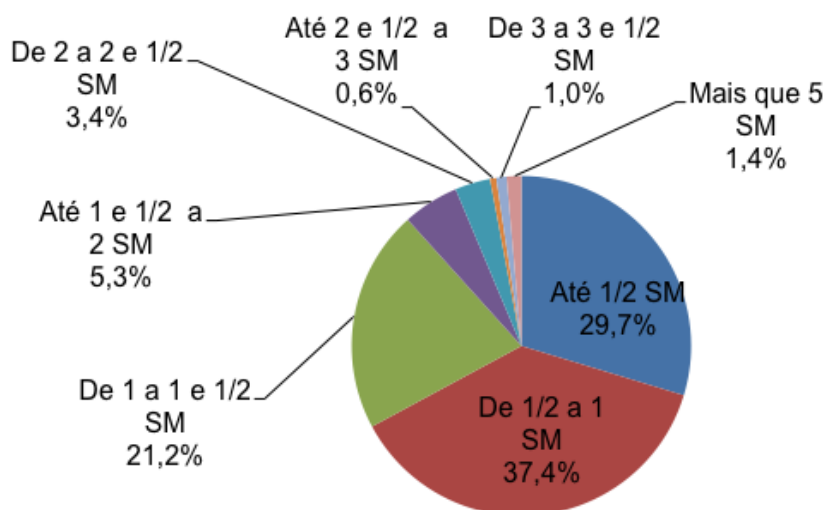


Gráfico 15 – Renda per capita familiar dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

Fonte: Pesquisa Interna – Elaboração própria

Sobre a escolaridade dos pais e mães dos alunos, podemos observar, por meio dos gráficos 16 e 17, apresentados a seguir, que a maioria dos pais e das mães possui formação em Ensino Médio completo, 33% e 33,8%, respectivamente, seguido por ensino fundamental incompleto, 28,2% e 26,3%.

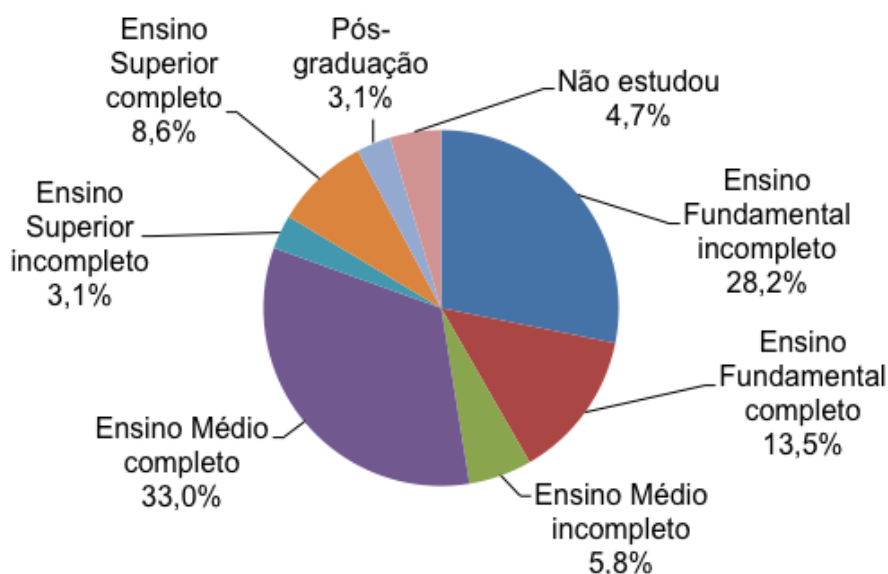


Gráfico 16 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

Fonte: Pesquisa Interna – Elaboração própria

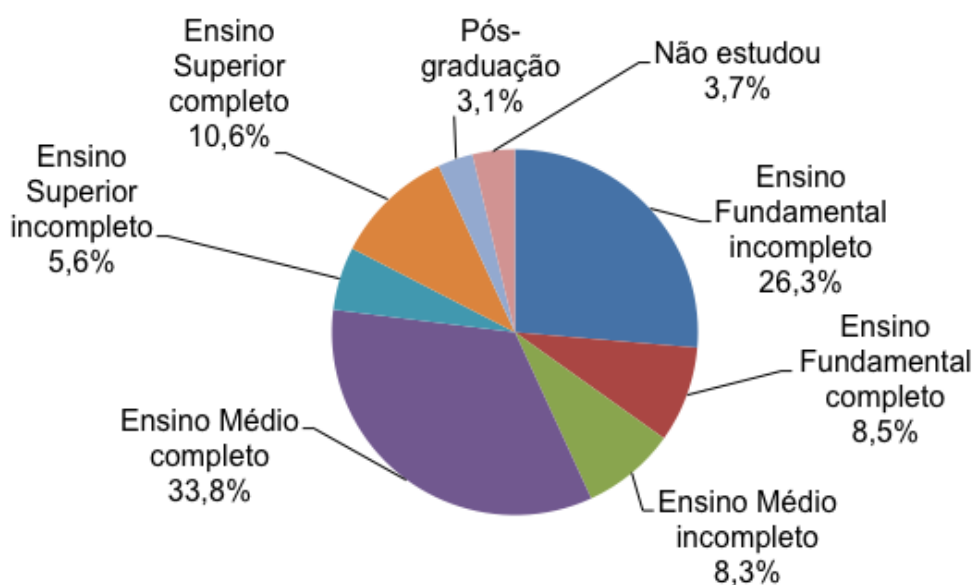


Gráfico 17 – Nível de escolaridade das mães dos alunos matriculados no Câmpus Capivari

Fonte: Pesquisa Interna – Elaboração própria

A partir dos dados obtidos pelo questionário “Caracterização Socioeconômica”, observa-se que a junção dos diversos fatores (individuais, familiares, locais, entre outros) influenciam e contribuem para a configuração e formação do contexto escolar do Câmpus Capivari, o qual apresenta particularidades descritas e analisadas acima.

## 2.8 Recursos Humanos

Serão apresentados, neste espaço, os servidores que fazem parte do quadro efetivo do IFSP Câmpus Capivari. Salienta-se, porém, que além dos servidores efetivos, o câmpus conta com a colaboração de professores substitutos em decorrência dos afastamentos dos docentes. O câmpus também conta com o apoio de colaboradores terceirizados que prestam serviços de manutenção predial, vigilância e limpeza.

### 2.8.1 Corpo Docente da área de Química

*Quadro 3 - Corpo Docente da área de Química*

**Legenda: Lic. = Licenciatura, Bach. = Bacharelado**

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Ademir Geraldo Cavallari Costalonga	Pós Doutorado, Doutor em Química, Mestre em Química, Graduado em Química Complementação Tecnológica, Graduado em Ciências Licenciatura em Química, Graduado em Química (Bach.)	Dedicação Exclusiva
Aderbal Almeida Rocha	Doutor em Ciências, Mestre em Agronomia, Especialista em Gestão Financeira, Especialista em Gestão Pública, Graduado em Agronomia, Graduado em Tecnologia em Biocombustíveis	Dedicação Exclusiva
Alexandre Santa Barbara Azevedo	Doutor em Tecnologia de Alimentos, Mestre em Ciências de Alimentos, Especialista em Administração Industrial, Graduado em Engenharia de Alimentos	Dedicação Exclusiva
Ana Carla Dantas Midões	Mestra em Química, Especialista em Trabalho Docente e Relações Étnico-Raciais (em andamento), Especialista em Gênero e Diversidade na Escola, Graduada em Química (Lic.)	Dedicação Exclusiva
André Castilho Garcia	Doutor em Química de Alimentos, Mestre em Química Analítica, Graduado em Química Ambiental (Bach.)	Dedicação Exclusiva

André Luís de Castro Peixoto	Doutor em Engenharia Química, Mestre em Engenharia Química, Graduado em Engenharia Química (Bach.)	Dedicação Exclusiva
André Luís Della Volpe	Doutorando em Multiunidades em Ensino de Ciência e Matemática, Mestre em Química, Especialista em Química Graduado em Química (Bach/Lic.)	Dedicação Exclusiva
Carlos Fernando Barboza da Silva	Doutor em Ciências Naturais, Mestre em Química Inorgânica, Especialista em Gestão Pública, Graduado em Filosofia, Graduado em Química (Bach./Lic.)	Dedicação Exclusiva Coordenador do Curso Licenciatura em Química
Fabiana Ocampos	Mestre em Química Graduada em Química (Bach/Lic.)	Dedicação Exclusiva
Fernanda Ortolan	Doutora em Tecnologia de Alimentos Mestra em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Graduada em PEG Formação de Professores para a Educação Profis, Graduada em Farmácia e Bioquímica Tecnologia dos Alimentos	Dedicação Exclusiva
Francisco Marcio Barbosa Teixeira	Doutor em Ciências, Mestre em Ciências, Graduação em Química (Bach./Lic.).	Dedicação Exclusiva
João Batista de Medeiros	Mestre em Química, Graduado em Química (Lic.)	Dedicação Exclusiva
José Ricardo Turqueti	Doutor em Química, Mestre em Química, Graduado em Química (Bac/Lic.)	Dedicação Exclusiva
Luís Eduardo Pais dos Santos	Doutor em Química, Mestre em Química, Graduado em Química (Bach./Lic.)	Dedicação Exclusiva
Mateus Nordi Esperança	Doutor em Engenharia Química, Mestre em Engenharia Química, Graduado em Engenharia Química	Dedicação Exclusiva Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos
Mayumi Silva Kawamoto	Doutora em Química, Mestra em Engenharia Química, Graduada em Engenharia Química (Bac.)	Dedicação Exclusiva

Roberto Bineli Muterle	Mestre em Química, Graduado em Química (Bach.)	Dedicação Exclusiva
Sheila Pasqualotto	Mestra em Química, Graduada em Química (Lic.)	Dedicação Exclusiva
Silvânia Regina Mendes Moreschi	Pós Doutorado, Doutora em Engenharia de Alimentos, Mestre em Engenharia Química, Graduada em Química (Bach.)	Dedicação Exclusiva
Thalita Arthur	Mestre em Química, Graduada em Pedagogia Graduada em Química (Lic.)	Dedicação Exclusiva Coordenadora Pedagógica do Curso de Pós-Graduação Lato- Sensu em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

*Quadro 4 - Corpo Docente do Núcleo Comum*

**Legenda: Lic. = Licenciatura, Bach. = Bacharelado**

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Área
Ana Karina Cancian Baroni	Doutora em Educação Matemática, Mestra em Educação Matemática Graduada em Matemática (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Matemática
André Valente de Barros Barreto	Doutor em Psicologia Clínica, Mestre em Ciência Política, Graduado em Ciências Sociais (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Ciências Sociais
Carolina Marocco Cometa	Mestre em Ecologia, Graduada em Ciências Biológicas (Lic.) Graduada em Nutrição	Dedicação Exclusiva	Biologia
Cleudson Santiago de Oliveira	Mestre em Ensino de Ciências Exatas, Graduado em Pedagogia, Graduado em Ciências Física e Biologia (Lic.) Graduado em Física (Lic.),	Dedicação Exclusiva	Física

Daniel Aparecido de Souza	Doutorando em Educação, Mestre em História, Especialista em Gestão Pública, Especialista em Direito Educacional, Graduado em Direito, Graduado em História, Graduado em Pedagogia	Dedicação Exclusiva	História
Elizabeth Machado Baptestini Andrade	Pós Doutorado, Doutora em Ciências Mestra em Física Aplicada, Graduada em Física (Bach. e Lic.)	Dedicação Exclusiva	Física
Érica Maio Taveira Grande	Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, Mestra em Linguística e Língua Portuguesa, Graduada em Letras (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Portuguesa
Everton Pereira Barbosa	Mestre em Educação Matemática, Graduado em Matemática (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Matemática
Fabiana Bigaton Tonin	Doutora em Educação, Mestra em Teoria e História Literária, Especialista em Educação, Graduada em Letras - Português/Inglês (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Portuguesa
Felipe de Paula Góis Vieira	Pós- Doutorado (Em andamento) Doutor em História, Mestre em História, Graduado e História (Lic.)	Dedicação Exclusiva	História
Fernanda Tonelli	Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, Mestra em Linguística, Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância, Graduada em Letras - Português/Espanhol (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Espanhola
Flávio Henrique Ferraresi	Mestrando em Matemática, Graduado em Matemática (Lic.)	Dedicação Exclusiva Coordenador do Curso Técnico em Informática	Matemática
Francine Maria Ribeiro	Mestra em Filosofia, Graduada em Filosofia	Dedicação Exclusiva	Filosofia
Gislaine Vieira Damiani	Pós- Doutorado em Clínica Médica Doutora em Fisiopatologia Médica, Mestra em Fisiopatologia Médica, Especialista em Educação em Saúde Graduada em Ciências Biológicas, Bacharelado e Licenciatura na Modalidade Médica	Dedicação Exclusiva	Biologia

Irlla Karla Dos Santos Diniz	Doutora em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Mestre em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Graduada em Educação Física (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Educação Física
Juscelino Pereira de Souza	Mestre em Educação, Especialista em Docência na Diversidade Para Educação Básica, Graduado em Letras- Português/ Francês (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Portuguesa
Lorena Faria de Souza	Doutora em Estudos Literários, Mestra em Letras, Especialista em Docência na Diversidade da Educação, Graduada em Letras e Linguística - Português / Francês (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Portuguesa
Luciana Lima Batista	Doutoranda em Educação Artística, Mestre em Educação, Especialista em Ensino de Artes Visuais, Graduada em Desenho e Plástica (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Arte
Marcel de Assis Roque	Doutorando em Saúde e Educação na Infância e Adolescência Mestre em Educação, Especialista em Libras, Graduado em Teologia (Bach.), Graduado em Letras – Português/Inglês (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Libras
Marcelo Simplicio de Lyra	Mestre em Matemática, Especialista em Matemática, Graduado em Matemática (Lic./Bach)	Dedicação Exclusiva	Matemática
Maria Amélia Ferracciú Pagotto	Doutora em Ciências Sociais, Mestra em Sociologia do Trabalho, Graduada em Ciências Sociais (Lic. e Bach.)	Dedicação Exclusiva	Sociologia
Maria Elisa de Castro Almeida	Doutora em Ecologia e Recursos Naturais, Mestra em Ecologia e Recursos Naturais, Graduada em Ciências Biológicas (Lic./Bach.)	Dedicação Exclusiva	Biologia

Mauro Vanderlei de Amorim	Doutor em Engenharia Elétrica, Mestre em Engenharia Elétrica, Especialista em Ensino de Ciência e Matemática, Graduado em Física	Dedicação Exclusiva	Física
Sabrina Espino Prata	Doutoranda em Linguística, Mestra em Linguística, Graduada em Letras – Português/Inglês(Lic. Bach.)	Dedicação Exclusiva	Língua Inglesa
Tiago José Berg	Doutor em Geografia, Mestre em Geografia, Graduado em Geografia (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Geografia
Tiago Pellim Da Silva	Doutorando (Linguística), Lic. Mestrado em Interdisciplinar Linguística Aplicada, Graduado em Letras- Português/Inglês (Lic.)	Dedicação Exclusiva	Língua Inglesa

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

## 2.8.2 Corpo Docente da Área de Informática

*Quadro 5 - Corpo Docente da Área de Informática*

**Legenda: Bach. = Bacharelado**

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Adriana Moraes da Silva	Mestra em Educação, Especialização em Engenharia de Software; Especialista em Docência do Ensino Superior; Graduada em Computação, Graduação em WebDesign e Programação, Graduação em Ciências Contábeis.	Dedicação Exclusiva
Alexandre Garcia Aguado	Doutor em Educação, Mestre em Tecnologia e Inovação, Graduado em Tecnologia. em Software Livre	Dedicação Exclusiva
Bruna Carolina Rodrigues da Cunha	Doutora em Ciência da Computação e Matemática Computacional, Mestra em Ciência da Computação e Matemática Computacional, Graduada em Ciência da Computação	Dedicação Exclusiva



Carlos Roberto Paviotti	Mestre em Ciência da Computação; Especialista em Legislação Educacional; Especialista em Gestão Pública; Especialista em Análise de Sistema; Aperfeiçoamento em Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos; Graduação em Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes; Graduado em Processamento de dados; Graduando em Gestão Pública	Dedicação Exclusiva
Edivaldo Serafim	Mestre em Ciências da Computação, Especialista em Sistema de Telecomunicações, Especialista em Redes de Computadores, Graduado em. Redes de Computadores (Bach.), Graduado em Rádio, Tv e Internet	Dedicação Exclusiva
Karlan Ricomini Alves	Mestre em Educação Especialista em Tecnologia e Sistema da Informação, Especialista em Redes de Computadores, Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Dedicação Exclusiva
Matheus Carvalho Meira	Doutorando em Educação, Mestre em Tecnologia, Especialista em Redes de Computadores, Graduado em Ciência da Computação (Bach.)	Dedicação Exclusiva Coordenador de Tutores da Rede e-tec
Rafael Fernando Diório	Doutor em Tecnologia, Mestre em Tecnologia, Especialista em Rede de Computadores, Graduado em Sistemas de Informação (Bach.)	Dedicação Exclusiva Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Rafael Wendel Pinheiro	Mestre em Educação, Especialista em Banco de Dados, Graduado em Programa Especial de formação Pedagógica de Docentes (Computação) Graduado em Sistemas de Informação (Bach.)	Dedicação Exclusiva
Rolando Ruggiero	Mestre em Gerenciamento de Sistemas de Informação, Especialista em Administração de Empresas- Análise de Sistemas, Graduado em Tecnólogo em Processamento de Dados	Dedicação Exclusiva

Vitor Brandi Junior	Mestre em Gerenciamento de Sistemas de Informação, Graduado em Tecnólogo em Processamento de Dados	Dedicação Exclusiva
Wagner Machado Amaral	Mestre em Engenharia Elétrica, Graduado em Processamento de Dados	Dedicação Exclusiva
Waldo Luis de Lucca	Mestre em Ciência da Computação; Especialista em Análise de Sistemas; Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

### 2.8.3 Corpo Docente da Área de Educação

*Quadro 6 - Corpo Docente da Área de Educação*

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Paloma Epprecht e Machado de Campos Chaves	Doutoranda em Educação, Mestre em Educação, Especialista em Educação Comunitária Graduada em Pedagogia	Dedicação Exclusiva
Ione Arsenio da Silva	Doutora em Programa de Pós Graduação em Educação, Mestra em Educação Escolar, Especialista em Linguística de Texto e Ensino, Graduada em Pedagogia	Dedicação Exclusiva

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria.

### 2.8.3 Corpo Docente da Área de Gestão

*Quadro 7 - Corpo docente da área da Gestão*

<b>Nome do Professor</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de Trabalho</b>
Fernando César Russo Gomes	Mestre em Administração Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior Bacharel em Administração Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo	Dedicação Exclusiva Agente de Prospecção de Projetos de Inovação
Gustavo Matarazzo Rezende	Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas Doutor em Administração Mestre em Administração Graduação em Administração	Dedicação exclusiva
Igor Vasconcelos Nogueira	Mestre em Administração Especialista em Finanças Aperfeiçoamento em Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos Graduado em Ciências Econômicas	Dedicação Exclusiva
Valdir Antonio Vitorino Filho	Pós-Doutorado Doutor em Administração Mestre em Administração Especialista em Formação Pedagógica na Edu. Profissional Especialista em Curso Ensino Aprendizagem na educação Jovens e Adultos Graduado em Administração	Dedicação Exclusiva

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria.

## 2.8.4 Corpo Administrativo

Quadro 8 - Corpo técnico-administrativo

Nome do Servidor	Formação	Cargo/Função	Coordenadori a
Alexandre Camargo Maia	Mestre em Educação; Especialização em Ensino Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos; Especialização em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário; Especializando em Administração Pública e Gestão Estratégica; Graduado em Licenciatura em Pedagogia; Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Graduado em Direito	Assistente em Administração	CPI
Antonio Carlos da Silva Bomfim	Graduado em Engenharia Civil	Assistente em Administração	CAD
Arlete Teresinha Esteves Brandi	Mestra em Educação; Graduada em. Ciências - Habilitação em Biologia; Licenciada em Pedagogia.	Assistente de Alunos	CAE
Beatriz Simonaio Birelli Falco	Mestra em Letras; Graduada em Pedagogia; Graduada Licenciada em Letras	Técnica em Assuntos Educacionais	CSP
César Eduardo Armelin	Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Assistente em Administração	CAD
Eduardo Camargo Maia	Especialista em Gestão Pública; Graduado em Administração; Graduado em Direito.	Administrador	CAD
Evandro Datti	Graduado em Química Tecnológica; Graduado em Engenharia Química	Técnico de Laboratório - Química	CAR-QUI
Geraldo Amaral Adão	Bach. Administração (incompleta)	Assistente em Administração/ Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado	CAP

Gianna Andréia Ferreira Gobbi Spadote	Especialização em Direito Educacional; Graduada em Pedagogia	Pedagoga Coordenadora Sociopedagógica	CSP
Gilberto Bulgraen Junior	Graduado em Licenciatura em Geografia	Assistente em Administração/ Coordenador de Administração	CAD
Grazielle Cristine Elias	Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva  Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes-Química (Licenciatura)  Especialista em Gestão Pública  Especialista em Controle de Qualidade de Produtos de Origem Animal  Graduada em Tecnologia em Alimentos	Assistente de alunos/ Coordenadora de Registros Acadêmicos	CRA
Grazielle Nayara Félicio Silva	Doutora em Serviço Social; Mestre (Serviço Social) Graduada em Serviço Social	Assistente social	CSP
Gustavo Baptistella Leite da Silva	Especialista em Gestão Escolar; Especialista em Administração e Marketing; Graduado em Comunicação Social- Radialismo;	Auxiliar em Administração Coordenador de Extensão	CEX
Isabel Cristina das Chagas Oliveira	Mestra em Educação; Especialização em Teorias e Práticas na Educação; Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva; Graduada em Pedagogia	Pedagoga	CSP
Izabel Maria Barral Teixeira	Especialização Metodologia do Ensino Superior; Graduada em Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecário – Documentalista	CBI
Ivana Lopes de Oliveira Arruda	Graduanda em Pedagogia; Proficiência em Linguagem de Sinais E.M. Técnico Magistério;	Tradutora Intérprete de Linguagem de Sinais	CSP

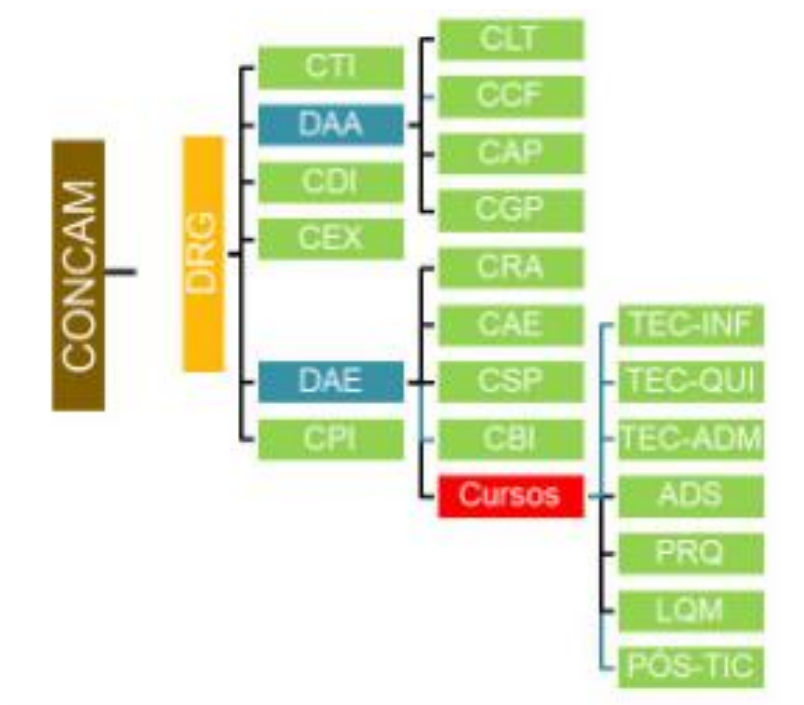
Jaqueline Tatiane Pereira	Mestra em Direito; Graduada em Direito	Assistente em Administração	CRA
José Renato Paviotti	Mestre em Tecnologia; Especialista em Plataforma de Desenvolvimento Web; Especialista em Gestão de Pessoas; Graduado em Tecnologia em Processamento de dados	Técnico de Tecnologia da Informação Coordenador da Coordenadoria de Tecnologia da Informação	CTI
Júnio Rodrigues de Oliveira	Especialista em Informática na Educação e Tutoria em EaD; Graduado em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Tecnologia da Informação	CTI
Leticia Pedroso Ramos	Especialista em Educação Ambiental; Graduada em Pedagogia; Graduada em Engenharia Ambiental; Graduada em Engenharia Florestal; Graduada em licenciatura em Ciências Agrárias;	Técnica em Assuntos Educacionais	DRG
Larissa Aparecida Gatti	Graduada em Farmácia; Técnico em Química	Técnica de Laboratório – Química	CAR-QUI
Larissa Carvalho Alves	Especialista em Novas Tecnologias na Educação Graduada em Letras – Inglês; Técnica em Manutenção e Suporte em Informática	Técnica de Laboratório – Informática	CTI
Lucas Bonetti	Mestre em Tecnologia; Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Laboratório - Informática	CTI
Luciana Martins Gatti	Graduada em contabilidade Tec. Contabilidade	Técnica em Contabilidade; Coordenadora de Contabilidade e Finanças	DAA
Luciane Belini de Oliveira Sabo	Graduada em Direito	Assistente em Administração	CGP
Maria Heloisa Saraiva Vicente	Mestra em Educação; Especialista em Língua Inglesa; Especialista em Marketing; Especialista em Libras; Graduada em Letras e Ciências Humanas	Técnica em Assuntos Educacionais	CRA

Maria Ivete Pavan	Bach. Análise de Sistemas Administração de Empresas	Assistente em Administração	CDI
Micael Douglas Diniz	Graduação em Administração (incompleto)	Auxiliar em Administração Coordenador Gestão de Pessoas	CGP
Michele Cristina dos Santos	Especialista em Arquivologia. Especialista em Biblioteconomia Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Bibliotecário – Documentalista Coordenadora de Biblioteca	CBI
Michele Pereira de Faria	Mestranda em Educação Profissional; Especialista em MBA Executivo em Gestão de Pessoas RH; Graduada em Pedagogia; Graduada em Administração de Empresas	Administradora	CAD
Osmar Ruy Neto	Especialista em MBA Gestão Financeira Graduação em Ciências Contábeis Técnico em Contabilidade	Contador	CCF
Pedro Henrique Alcântara Silva	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	Assistente de Alunos	CAE
Renan Giollo Francisco	Graduando em Direito; Técnico em Eletroeletrônica	Assistente em Administração Coordenador de Apoio à Direção	CDI
Rodrigo Scontre	Especialista em Docência e Pesquisa no Ensino Superior; Tecnólogo em Projetos Mecânicos; Cursando Tecnologia em Gestão Pública (2º Semestre - Anhanguera Educacional))	Assistente em Administração	CRA
Rubia Dias Adão	Graduada em Direito	Auxiliar de Biblioteca	CBI
Sergio Aparecido Paganoti	Técnico em Gestão de Pequenas Empresas, Graduando Tecnologia de Processamento de Dados	Assistente em Administração	CAP
Talita Barbosa Plantcoski Bulgraen	Mestra em Educação; Especialista em Educação Inclusiva; Graduada em Psicologia	Psicóloga	CSP

Valéria da Silva Martins Poletti	Graduada em Ciências Contábeis	Técnica em Contabilidade	CAD
Washington Ernando Pereira Benício	Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico (Manutenção e Suporte em Informática),	Técnico de Laboratório – Informática	CTI
Zenilton José da Rocha	Especialista em Gestão Pública Especialista em Gestão Pública Municipal Bacharel em Administração Pública Bacharel em Administração	Tecnólogo em Gestão Pública	CGP

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

## 2.9 Coordenadorias (Organograma)



*Figura 6 - Organograma do IFSP Câmpus Capivari*

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria



## **CAPÍTULO III**

### **Princípios Políticos e Pedagógicos**

Este capítulo apresenta os princípios políticos e pedagógicos definidos durante o processo de construção do Projeto Político e Pedagógico do Câmpus Capivari. Trata das dimensões da ética, da política, da cidadania enfatizando a inclusão social, bem como o tema da sustentabilidade, como pilares do modelo de gestão democrático. Deixa explícito, neste espaço, que a perspectiva de Educação Profissional a ser vivenciada pelos sujeitos em presença estabelece com o mundo do trabalho uma relação dialética, por se basear, de um lado, no reconhecimento dos saberes e práticas fundamentais para o exercício das atividades profissionais, mas também procurar desenvolver olhares críticos e transformadores dos problemas sociais que assolam a realidade social contemporânea.

Nesse sentido é que aparece, neste mesmo capítulo, a exposição das dimensões do ensino, pesquisa e extensão como momentos que possibilitam uma formação capaz de estimular a autonomia e o protagonismo discente, bem como gerar condições para a produção do pensamento, da ciência e tecnologia por parte de alunos, professores e servidores técnico-administrativos. Nessa mesma direção, as metodologias de ensino e os processos de avaliação, aqui apresentados, foram estabelecidos como coerentes com uma educação que busca superar o tecnicismo, mas percebe e assume a unicidade dos princípios pedagógicos com as perspectivas éticas e políticas.

#### **3.1 As Dimensões da Ética, Política, Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Capivari concebe as dimensões da ética, da política, da cidadania, da inclusão social e da sustentabilidade como princípios fundamentais de seu Projeto Político Pedagógico. Nesse sentido, entende-se como ponto referencial a articulação de uma formação integral, alicerçada em princípios éticos, políticos, estéticos e cidadãos, compreendidos como bases para a edificação de uma sociedade justa, solidária, incluyente, pautada nos direitos humanos, na sustentabilidade socioambiental e no profundo respeito às diversidades, sejam elas relacionadas a questões étnico-raciais, de religião, de gênero e sexualidade, de classe social e de origem.

Trabalhar com aspectos relativos à estética supõe-se tratar do sensível e do ético em parceria. Compreende-se estética, neste documento, como ação humana de ser sensível ao outro, ao mundo e de modo a se estabelecer diálogos de forma mais reflexiva, ou seja, a relação do sentir, do observar frente às ações humanas e ao mundo remete à necessidade de se sensibilizar para questões conflitantes ao nosso redor. Ser sensível, ter sensibilidade implica ter atitudes relacionadas ao ver o outro, respeitá-lo e não somente ser emotivo; o ser sensível sente empatia pelo outro, pois compreende suas ações e seus percursos e, assim, respeita. Estética e ética se constituem num binômio que proporciona ações, atitudes, conhecimentos, procedimentos reflexivos, críticos e conscientes do mundo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Técnica de Nível Médio, um dos princípios norteadores determina o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional. Deste modo, a relação estética e ética perpassam as relações de trabalho, de ação social, de comportamentos de relações humanas em suas mais diversas práticas. A inserção da educação estética nos espaços educativos, bem como a determinação desta como um dos princípios norteadores, remete à necessidade vigente de se compreender o mundo de forma mais ampla, mais sensível, mais crítico-reflexiva com vistas a superar atitudes degradantes à condição humana.

À perspectiva estética, soma-se a reflexão ética e política, que deve definir todas as condutas, em âmbito privado e público. O bem individual deve estar diretamente relacionado ao bem comum, decorrente da prática política. No movimento de formação integral do discente, a vida privada, a atuação profissional e as exigências das práticas cidadãs se mesclam e se completam, constituindo a complexidade que expande o alcance e a abrangência da ética, da política e da estética.

Considerando-se essas dimensões reflexivas, o discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus Capivari, deve atentar para aspectos e elementos concernentes a temas da atualidade: cidadania, ecologia, desenvolvimento sustentável, política, responsabilidade social, inclusão e direitos humanos. Nesta perspectiva, toda ação profissional e cidadã, ancorada em conhecimento, habilidade técnico-científica e discernimento crítico, deve vislumbrar a dimensão da ética e da política, trazendo em suas proposições e objetivos o compromisso com o outro, com a cidade, com a comunidade local e com a sociedade em sentido global. O discente deve contemporizar princípios éticos e habilidade técnica, pensando que a prática cotidiana da profissão passa a fazer sentido quando

voltada para o bem comum e para a produção da riqueza material e moral, contempladas pelo conjunto de toda a sociedade, em um sentido democrático.

Assim, o Câmpus de Capivari compreende que o próprio ambiente educativo deve ter a função de reforçar princípios éticos e práticas políticas. Torna-se necessário que a Instituição de Ensino incentive os discentes a uma constante preocupação com uma atuação profissional comprometida com a ética e voltada para a construção de uma política a serviço do bem coletivo. Nesta mesma direção, os discentes devem perceber, no Instituto, em seu quadro de servidores, o sério compromisso com um modelo ético e político de formação, gestão e lideranças democráticas.

Pautadas pelos princípios apresentados, principalmente, os relacionados à preocupação com a sociedade, as atividades desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Capivari, sejam elas de extensão, pesquisa ou ensino, são permeadas pelos diferentes aspectos da sustentabilidade.

O termo sustentabilidade enfatiza que a satisfação das necessidades das gerações atuais deve ser alcançada sem comprometer as gerações futuras. Ou seja, a utilização dos recursos naturais atualmente disponíveis não deve ser mais rápida que a capacidade da própria natureza em repô-los. Este princípio relaciona-se ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual tem por objetivo manter as bases de produção e reprodução do homem e de suas atividades, sem destruir a relação existente entre homem e ambiente.

Cabe ressaltar que a sustentabilidade não se refere apenas à interação do homem com meio sem comprometê-lo, mas tal relação deve se constituir como um processo autônomo de manutenção em virtude de inúmeros integrantes sustentáveis dos quais os membros da comunidade do Câmpus Capivari também fazem parte. Logo, são características básicas desse processo: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

No Câmpus Capivari, a sustentabilidade buscada não visa apenas à tradicional visão de sustentabilidade aliada à preservação e/ou conservação ambiental, mas sim à sustentabilidade, em um sentido complexo, nas diferentes dimensões que possui, sendo as principais: a dimensão social, que propõe distribuição de renda e qualidade e igualdade social; a dimensão cultural, que visa respeitar as tradições e inovações locais; a ecológica, que propõe o respeito aos recursos naturais e à limitação de uso dos recursos naturais; a ambiental, que busca respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; a territorial, que busca equilibrar o meio urbano e o rural; a econômica, que aborda o equilíbrio econômico entre os

diferentes setores da sociedade; a política nacional, que trabalha com a democracia e projetos nacionais; e a da política internacional, que busca a promoção da paz e da cooperação.

Tendo como rumo norteador tais dimensões, o Câmpus busca inserir a sustentabilidade nas atividades diárias, pautando-se sempre pela Educação Ambiental. Segundo a Lei nº 9795 de 1999, a Educação Ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

A mesma Lei destaca alguns dos objetivos da Educação Ambiental, dentre os quais podem ser citados: o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente e garantia de democratização das informações ambientais.

Observa-se, desta maneira, que a educação ambiental não se trata de um modelo pronto de ensino e tampouco de um formato que possa ser reproduzido para diferentes públicos. Nesse processo de aprendizagem conjunta, faz-se necessário conhecer os processos históricos para o desenvolvimento de uma visão crítica do contexto atual, ou seja, faz-se fundamental compreender o passado, para vislumbrar o presente e propor alternativas para superar a crise ambiental.

Desse modo, pautado pelos princípios da ética, da política, da cidadania, da inclusão social e da sustentabilidade vinculada à Educação Ambiental, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- Câmpus Capivari, busca formar cidadãos contextualizados e integrados ao meio em que vivem, e que poderão exercitar e concretizar posturas mais críticas sobre os sistemas produtivos atuais e sobre as condições econômicas e socioambientais em que se inserem.

### **3.2 Princípio Democrático De Gestão**

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari, assume e enfatiza a democracia como pilar fundamental de sua estrutura de gestão. O Instituto entende que a democracia somente existe, de fato, quando há plena participação popular. O exercício da democracia, em âmbito administrativo e institucional, está intimamente ligado a uma autêntica participação da comunidade nas tomadas de decisões.

A própria Constituição Federal de 1988 traz, em seus artigos 205 e 206, os textos que asseguram a participação da comunidade na gestão escolar de forma democrática.

No artigo 205, a Constituição Federal concebe a educação como um direito de todos os brasileiros, sendo dever do Estado assegurar e garantir essa prerrogativa legal. A tal dever do Estado, deve somar-se a colaboração da sociedade, promovendo e incentivando a educação. Destaca-se, ainda, no artigo 205 da Constituição Federal, o sentido maior da educação, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari compreende que essas três dimensões são indissociáveis para uma formação integral do discente.

Merece ênfase também o artigo 206 da Constituição Federal, o qual ressalta o caráter democrático da gestão do ensino público. Esse princípio constitucional foi ratificado em 1996, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Em consonância com tal direcionamento legal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari, estrutura-se e organiza-se de maneira democrática, envolvendo docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e comunidade na dinâmica de tomada de decisões gerenciais.

Outrossim, a comunidade escolar como um todo deve ter consciência da importância de uma participação ativa e efetiva no processo democrático de gestão escolar. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari deve possibilitar momentos de reflexão e implementar práticas de gestão que fortaleçam a participação da comunidade escolar, consolidando o modelo democrático de gestão.

A escolha do termo gestão escolar em detrimento da ideia de administração escolar indica escolha de viés epistemológico baseado no reconhecimento de que as relações escolares são marcadas pelas relações sociais e políticas que se estabelecem na sociedade. Nesse sentido, o processo de tomada de decisões é sempre baseado em reflexões realizadas internamente e com a comunidade externa de forma contextualizada e que permitem a manifestação da pluralidade de concepções, práticas pedagógicas ou visões de mundo presentes no câmpus.

Nesse mesmo sentido, a concepção de participação construída no campo da gestão escolar no interior do Câmpus Capivari procura superar o modelo baseado na rígida

compartimentalização de setores nos quais diferentes camadas de poder decisório são hierarquizadas e objetivamente definidas. Ao contrário, identifica-se, seja no convívio cotidiano ou nas instâncias decisórias, o compromisso com um processo permanente de preservação e aperfeiçoamento de uma cultura de gestão escolar que se diferencie daquela baseada no modelo de poder piramidal em que quanto mais distante do topo da hierarquia se encontre o sujeito menos poder decisório ele possui. O que se valoriza e se busca aperfeiçoar é uma noção de poder situado nos diferentes setores e esferas de responsabilidade com estatuto de igualdade, ao mesmo tempo em que as diferenças são preservadas; o poder decisório está arraigado na capilaridade e na intersubjetividade da comunicação entre os que ocupam colegiados consultivos e deliberativos e toda a comunidade acadêmica.

Atitudes como subserviência, uso de autoridade abusiva, práticas de assédio, são permanentemente refutadas porque se distanciam das concepções de cidadania que embasam a concepção de escola unitária dos Institutos Federais.

A participação coletiva acontece de várias formas: desde a inserção individual a partir de informações publicizadas e permitem a formação de pontos de vista para a tomada de decisões até participação em colegiados que realizam diagnósticos, apontam problemas e soluções que necessitam ser executadas.

### **3.3 Educação Profissional e o Mundo do Trabalho**

A relação entre educação e trabalho é reconhecida como indissociável. Por meio da educação, a humanidade transmite e perpetua, no tempo histórico, seu arcabouço de conhecimentos técnicos, científicos, culturais, éticos e políticos. Mediante o trabalho, atividade consciente e criativa, a educação alcança materialidade, ganhando forma e dimensão concreta. A educação pode ser definida como um amplo sistema de transmissão e produção de conhecimento, de formação do humano para a vida em sociedade. O trabalho, por sua vez, pode ser compreendido como o meio pelo qual a educação se torna realidade concreta, transformando o próprio sujeito do trabalho, a cultura e o mundo.

Diferente de todos os outros animais, o humano, por meio da educação e do trabalho, humaniza o mundo e a natureza. Pela ação consciente do trabalho, o ser humano cria e recria sua própria existência. Nesse processo de trabalho, o humano modifica não apenas as matérias naturais, mas também a sua própria natureza. Assim, o trabalho trata de um processo que

permeia toda a vida do ser humano e que constitui a sua própria especificidade. Desse modo, a concepção de trabalho não pode ser tomada como sinônimo de “emprego” ou mera ocupação, mas sim como aspecto basilar e de caráter formador do indivíduo, processo responsável pelo desenvolvimento das dimensões complexas da vida humana.

Trata-se, portanto, de conceber a dinâmica de integração ao trabalho, sobretudo, como um processo educativo. Assim, o trabalho não pode ser reduzido a uma simples técnica ou atividade mecânica, desprovida da dimensão da consciência, da liberdade e da criatividade. Tal simplificação se constituiria como trabalho alienado, que não é capaz de educar nem, tampouco, humanizar. Por outro lado, o trabalho concebido em sua dimensão complexa e inerente à formação cidadã torna-se espaço de formação e humanização quando, por meio dele, o ser humano alcança condições para realizar suas potencialidades criativas.

Por atuar diretamente nos ambientes formais de ensino e por integrar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Capivari, também participa no processo de formação dos futuros profissionais do país e, portanto, preocupa-se constantemente com a relação apresentada entre educação e trabalho, tendo sempre como meta a colaboração na formação de cidadãos preparados para a vida, e não apenas para o desempenho de determinadas funções técnicas. É com a visão de uma formação integral – que possibilite a promoção e formação das diversas potencialidades humanas– que o Câmpus Capivari vislumbra inserir seus egressos no mercado de trabalho. Defende-se a ideia de uma formação, que contemple uma articulação entre trabalho e educação, e que esta seja pública, universal e gratuita, que proponha o desenvolvimento de todas as capacidades e sentidos humanos.

### **3.4 A Dimensão do Ensino**

A visão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari sobre o processo de ensino-aprendizagem caracteriza-se pela dinâmica de interação direta do discente com o conhecimento. Em uma perspectiva inclusiva, o discente é ativo e faz parte do processo, é motivado a questionar e buscar o conhecimento, desenvolvendo competências e habilidades com o intuito de aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser. Assim, o Câmpus Capivari constitui-se como um espaço privilegiado para a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo.

Considerando-se tal contexto, a proposta pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo no Câmpus Capivari, permite a permanente articulação entre conteúdos teóricos e práticos à realidade, de maneira a contextualizar o processo de aprendizagem, possibilitando com que o ato de aprender seja significativo para o discente. É primordial contribuir para construção coletiva de um ambiente de aprendizagem, no qual toda a comunidade educativa tenha voz ativa, podendo se expressar e sentindo-se acolhida e valorizada em seus saberes e experiências, suas histórias de vida, trajetórias, interesses, dificuldades e desafios. Assim, o Câmpus Capivari prima pelo respeito e consideração, valorizando as experiências e saberes que o discente traz consigo para a realidade da sala de aula.

Considera-se que os processos de busca pelo conhecimento, de sociabilização, de colaboração, de interação, de discussão com a mediação do educador, contribuem para a construção do sujeito solidário, criativo, autônomo e crítico, com estrutura necessária para atuar na sociedade de forma participativa e contribuir para a construção de dinâmicas sociais mais justas e éticas. Desse modo, a aprendizagem é vista como um processo, constrói-se diariamente na interação com os objetos de estudos, nas trocas de ideias e por meio das experiências com os professores e discentes dentro e fora da sala de aula. Segundo essa concepção, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011).

O processo de ensino e aprendizagem não é visto descontextualizado, de maneira estanque. O ensino não é papel somente do professor, assim como o aprendizado não é papel somente do discente - nesse processo, todos aprendem e todos ensinam. Também estão comprometidos com esse processo de ensino/aprendizagem toda a comunidade escolar do câmpus, que fará parte do cotidiano dos discentes, orientando e acompanhando seu desenvolvimento

A interação e a relação com o conhecimento parte da proposta de buscar o saber como forma de crescimento, de contínuo desenvolvimento, tanto na formação pessoal quanto na formação profissional, alcançando diretamente o discente, que é parte fundamental do processo, e, indiretamente, todos com os quais convive.

Além de todas as ações que envolvem o complexo processo de ensino e aprendizagem, torna-se fundamental também a perspectiva da reflexão. Assim, o processo de ensino-aprendizagem deve contemplar o movimento da práxis, dinamizada na relação teoria-prática-teoria. A reflexão deve acontecer antes e depois da execução das ações: antes, para que se



permita pensar sobre a proposta do ensino e da aprendizagem como algo construído diariamente e de diversas maneiras, formais e informais. Depois, para se refletir sobre as melhores estratégias que atribuam sentido ao ato da aprendizagem. E, de modo permanente, deve-se sempre estimular a reflexão, que permita a análise crítica do próprio percurso, de maneira a ponderar sobre os limites e avanços de toda a dinâmica educativa.

### **3.5 Metodologias de Ensino**

De acordo com a “Organização Didática”, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo tem por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando o estudante de forma ética, responsável, autônoma e criativa para que, no exercício de sua cidadania, corresponda aos novos desafios socioambientais, pessoais e profissionais, para atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando-o para desafios políticos e culturais. Os princípios pedagógicos e as abordagens metodológicas para a formação do profissional almejado devem estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), suas regulamentações, pareceres, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PDI e devem materializar-se no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Se os discentes são indivíduos e aprendem de formas diferentes, utilizar diferentes metodologias de ensino favorece o desenvolvimento das competências e habilidades almejadas. Na organização da prática pedagógica e escolha entre as diversas metodologias disponíveis para o processo de ensino e aprendizagem, devem-se observar as Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitadas as suas especificidades, as particularidades de cada área do conhecimento e dos sujeitos a que se destinam, sem perder de vista o objetivo de conectá-las, promovendo, assim, a interdisciplinaridade.

Uma das metodologias adotadas e tradicionalmente mais utilizadas são as aulas expositivas. No entanto, se todas as aulas forem baseadas nessa estratégia didática, é possível que se perca, por exemplo, a interação entre os discentes. Nesse ponto, torna-se fundamental o desenvolvimento de atividades em grupos que favorecem fortemente o diálogo, a troca de experiências e a cooperação entre os estudantes. Logo, o trabalho em grupo deve ser incentivado em todas as áreas do conhecimento. Se aliarmos essa metodologia a outras, como o trabalho

por meio de projetos, temos mais uma importante possibilidade de exercício em sala de aula. Uma das possibilidades de incentivo à autonomia é promover projetos, cuja principal característica é o enfoque em atividades de sala de aula, as quais devem partir de um tema central de interesse, levantado, preferencialmente, pelos discentes.

Nesse sentido, há, no IFSP, uma disciplina específica intitulada “Projeto Integrador”, ministrada geralmente no último ano do Ensino Médio Integrado. Seu objetivo principal é viabilizar a interdisciplinaridade entre os conteúdos curriculares, tanto da área básica quanto da área técnica de cada curso. Sendo assim, é premente que se repense a reestruturação dos currículos, uma vez que, no método de projetos não há uma sequência preestabelecida de conteúdo, e os discentes não estudam os mesmos conceitos ao mesmo tempo. Além disso, as matérias/disciplinas são abordadas à medida que se tornam necessárias, e o professor é quem destaca, orienta e articula os conteúdos, em conformidade com o currículo escolar.

Andrade (2003) defende que a escola pode ter um programa “mínimo” de trabalho, mas certamente definir *a priori* tudo que será estudado não será mais possível. A metodologia do trabalho deve, portanto, por meio de projetos, promover intrinsecamente a interdisciplinaridade, processo que requer um diálogo entre as diversas disciplinas ou áreas do conhecimento, direcionando o ensino e a aprendizagem a um mesmo objetivo, o que se constitui como grande desafio.

As concepções do educador Paulo Freire são pilares importantes para a promoção de uma pedagogia da autonomia e embasam as práticas emancipatórias e dialógicas no processo educativo. Ou seja, para uma educação que não se apresenta como mera transmissão autoritária de conhecimento. O respeito aos educandos, às suas características e identidades é um princípio orientador de toda a ação educativa, sendo responsabilidade da Instituição a criação de condições para que adolescentes, jovens e adultos, em sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação adequada durante o percurso escolar.

No cenário da educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos, tecnológicos, humanidades e linguagens, no qual o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari está inserido, é necessário desenvolver essa visão conectada dos conhecimentos de diferentes áreas, bem como os caminhos (metodologias) para que os

estudantes tenham uma formação humana integral, propiciando, com isso, uma educação escolar emancipatória.

### **3.6 Avaliação do Processo da Aprendizagem**

Conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394/96), a avaliação do processo de aprendizagem dos discentes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Da mesma forma, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, é previsto pela “Organização Didática” que a avaliação seja norteadada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática, e ao discente, dedicar-se ao desenvolvimento intelectual e à autonomia.

Assim, os componentes curriculares dos cursos preveem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação, provas escritas, provas práticas, provas orais, seminários, projetos interdisciplinares e outros.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos discentes no início do período letivo, na apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao discente, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Enfim, a avaliação deverá estar presente em todos os momentos como um processo contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar as práticas de ensino e aprendizagem, de modo a redimensioná-las, promovendo as mudanças necessárias ao alcance dos objetivos previamente traçados.

### **3.7 A Dimensão da Pesquisa**

Caracterizada nesse contexto por um estudo científico baseado em um procedimento metodológico, que compreende, dentre outros elementos, a caracterização de um problema, enunciação de uma hipótese, coleta de dados, observação, análise de fenômenos,

fundamentação teórica, emissão de uma conclusão, divulgação dos resultados a pesquisa é uma atividade que contribui para o desenvolvimento institucional, social e humano. Sendo executada conjuntamente às atividades de ensino e extensão, que também fazem parte desse tripé, a pesquisa incentiva o discente a participar de projetos, ampliando o campo de percepção e as possibilidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Considerando tais pressupostos, a pesquisa se dá por meio de projetos de iniciação científica aprovados diante dos editais de fomento (tais como PIBIFSP, PIBIFSP-Af, PIBIC, PIBIC-EM, PIBITI, PIPECT e PIPDE), dos cursos de pós-graduação conforme indicados no PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) do Câmpus. Além disso, a pesquisa também pode ser desenvolvida em caráter voluntário (PIVICT), de modo que projetos piloto sejam testados, aprimorados e submetidos à aprovação.

Assim, a dinâmica de pesquisa assume um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, à medida que possibilita ao discente avançar, com autonomia, em um movimento de investigação, tornando o conhecimento produzido muito mais significativo.

O Câmpus Capivari também entende a pesquisa como atividade autônoma que requer recursos, que vão além das bolsas ofertadas aos alunos, bem como estímulos diversos aos servidores envolvidos. Assim como a extensão, a pesquisa também contempla uma forte dimensão social, subsidiando a comunidade com conhecimento qualificado, que pode conduzir a pensamento de novas, criativas e alternativas soluções para as demandas sociais.

### **3.8 A Dimensão da Extensão**

A extensão caracteriza-se em um processo educativo, cultural, científico e político realizado por meio de um conjunto de ações indissociavelmente vinculadas ao ensino e à pesquisa e em estreita interação com a comunidade. Estas ações visam contribuir para o desenvolvimento local e regional, estimulando processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão.

Nesse sentido, a extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos que se relacionam com um olhar mais crítico diante da atual sociedade multicultural e, assim, contribuem para a democratização de debates mais amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal, uma vez que seu desenvolvimento atua na garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e de participação, no respeito à pessoa e à

sustentabilidade das intervenções no ambiente, contribuindo, desta forma, para a promoção de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas.

Nesses termos, as ações de extensão caracterizam-se por serem atividades diferenciadas em relação às praticadas em sala de aula e, geralmente, são realizadas fora do ambiente escolar. Destaca-se que a extensão vislumbra contribuir para o desenvolvimento da sociedade, à medida que reconhece os saberes oriundos da comunidade e permite a troca de conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa.

Assim, as atividades extensionistas fortalecem o desenvolvimento e contribuem para a construção da escola que valoriza a formação humana consciente de seus propósitos para uma sociedade mais promissora, com propostas de integração e inter-relação entre as esferas envolvidas para o fortalecimento do elo que as envolve.

Por meio dos Cursos de Formação Inicial e Continuada- FIC e projetos, as áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

## **CAPÍTULO IV**

### **Modalidades de ensino, organização e estrutura**

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, o IFSP caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautada no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Para o processo de implantação do Câmpus, houve a efetiva participação da sociedade civil (representantes de empregadores, de trabalhadores, de associações de classe, sindicatos, poder público municipal etc.), por meio de reuniões e consultas, na definição de linhas de atuação. O resultado dessa consulta apontou como demanda as áreas de Informática, Química e Administração.

Neste sentido, o Câmpus Capivari oferece os seguintes cursos:

## 4.1 Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio, retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. A formação profissional deve, portanto, incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas sim de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. O IFSP Câmpus Capivari tem como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do Câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

#### **4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio**

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental. O curso garante tanto a formação do ensino médio quanto a formação técnica profissional. Tem duração mínima de 3 anos e o ingresso ocorre por meio de Processo Seletivo.

##### **a) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**

###### **Perfil Profissional do egresso:**

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Informática é um profissional apto que desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação; utiliza ambientes de desenvolvimentos de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados; execute a manutenção de programas de computadores implantados.

O perfil profissional é definido pela identidade da formação integrada, considerando o nível de autonomia e responsabilidade do técnico formado, os ambientes de atuação, os relacionamentos necessários, os riscos a que está sujeito, e a necessidade de continuar aprendendo e se atualizando.

O profissional é habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político-econômica e o desenvolvimento sustentável, aspectos agregados a valores artístico-culturais.

##### **b) Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**

###### **Perfil Profissional do egresso:**

Para o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Química é o profissional que atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos; planeja e coordena os processos laboratoriais; realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas, realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos; participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos; e atua com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança.



O mercado de trabalho para o Técnico em Química inclui empresas do setor químico e petroquímico, além de outros setores em que são realizadas operações ou análises de processos químicos, incluindo empresas da área de alimentos, plásticos, bebidas, automotivas, metalúrgicas, dentre outras.

### **c) Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio-PROEJA**

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos.

#### **Perfil profissional do egresso:**

O técnico em administração executa as funções de apoio administrativo, confecção e expedição de documentos. Executa as funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle, opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais (MEC, 2012).

O perfil profissional é definido pela formação integrada e requalificação dos trabalhadores de modo que jovens e adultos possam adquirir e/ou aprimorar competências e habilidades proporcionando mais chances de inserção no mundo do trabalho, bem como possibilitar o prosseguimento dos estudos no ensino superior, pautado em bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sóciopolítico econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando valores artístico-culturais.

#### **4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente**

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

## **Técnico em Química**

### **Perfil Profissional do egresso:**

Segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Química é um profissional apto a atuar no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos, planejar e coordenar os processos laboratoriais, realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas, realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos, participar no desenvolvimento de produtos e validação de métodos, atuar com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, as normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança.

O mercado de trabalho para o Técnico em Química inclui empresas do setor químico e petroquímico, além de outros setores em que são realizadas operações ou análises de processos químicos, incluindo empresas da área de alimentos, plásticos, bebidas, automotivas, metalúrgicas, dentre outras.

**Em breve serão ofertados os cursos Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Alimentos.**

## **4.2 Graduação**

No contexto dos cursos de Licenciatura, sua oferta visa atender às demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de educação básica em instituições públicas. O objetivo é não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de Tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito

à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Conforme Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de Bacharelado se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

#### **4.2.1 Licenciatura**

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos. O ingresso ao curso será por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de responsabilidade do MEC, e por processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de edital específico, a ser publicado pelo IFSP.

##### **a) Licenciatura em Química**

###### **Perfil Profissional do egresso:**

O Licenciado em Química é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Química. Sua atribuição central é a docência na educação básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Química, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas, assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento químico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos em função das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Realiza ainda pesquisas, coordena e supervisiona equipes de trabalho, estando apto para a gestão educacional e escolar. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética e a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. No contexto local e regional, o

egresso na Licenciatura em Química está apto a atender a demanda por professores na educação básica. Para acesso ao curso superior de Licenciatura em Química, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente.

#### **4.2.2 Tecnologia**

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem capacitação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio. O ingresso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de responsabilidade do MEC, e por processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de edital específico, a ser publicado pelo IFSP.

##### **a) Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

###### **Perfil Profissional do Egresso**

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas de informação computacionais. Esse profissional trabalha, também, com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologia de projetos na produção de sistemas. Raciocínio lógico, emprego de linguagens de programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais à atuação desse profissional, que também está preparado para atuar de forma a contribuir para a solução de problemas das organizações e da sociedade em geral, de modo ético, cordial, respeitoso, com vistas à responsabilidade socioambiental.

##### **b) Tecnologia em Processos Químicos**

###### **Perfil Profissional do Egresso**

O Tecnólogo em Processos Químicos atua na indústria petroquímica, eletroquímica, farmacêutica e de produção de insumos. Com vistas a otimizar e adequar os métodos analíticos

envolvidos no controle de qualidade de matérias-primas, reagentes e produtos dos processos químicos industriais, este profissional planeja, gerencia e realiza ensaios e análises laboratoriais, registra e interpreta os resultados, emite pareceres e seleciona os métodos e as técnicas mais adequadas à condução de processos de uma unidade industrial, considerando em sua atuação a busca da qualidade, viabilidade e sustentabilidade.

É importante salientar que o profissional formado pelo curso de Tecnologia em Processos Químicos é reconhecido pelos conselhos de classe profissional, CRQ 4ª Região e CFQ, sendo que este tecnólogo possui 13 atribuições descritas através da Resolução Normativa nº36, devendo por Lei ser registradas para que possam exercer seus direitos de profissionais.

### **C) Tecnologia em Processos Gerenciais**

#### **Perfil Profissional do Egresso**

Ao final do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, o egresso tem condições de analisar e avaliar o ambiente de negócios e formular objetivos e estratégias gerenciais; elaborar e implementar planos de negócios; promover o planejamento, a gestão e governança por processos e consequentemente o desenvolvimento de sistemas, a gestão do conhecimento, o redesenho e a melhoria; otimizar os recursos, atuando nos diversos setores econômicos e áreas das organizações; vistoriar, realizar perícia, avaliar e emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação. Além disso, sua formação integral permite o desenvolvimento de um profissional com formação científica, técnica, tecnológica, humana, cidadã, qualificado para o mundo do trabalho e capacitado em se manter atualizado constantemente por meio da visão crítica, que norteia sua atuação pelos preceitos da ética e da responsabilidade socioambiental.

Ressalta-se que o perfil do egresso almejado do IFSP Câmpus Capivari vai além das competências tecnológicas em sua área de atuação, objetivando-se uma visão sistêmica na gestão de processos gerenciais, pautada na relação ética e responsável entre trabalho, ciência, tecnologia, sociedade, cultura e meio ambiente.

O perfil profissional do egresso contempla o descrito na Resolução nº 70 de 15 de dezembro de 2020 que aprova o Currículo de Referência do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSP.

### **4.2.3 Pós-Graduação**

Pós-graduação é uma formação acadêmica e profissional que compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos (as) diplomados (as) em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino. São programas oferecidos para pessoas que concluíram curso de graduação.

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu têm por objetivo desenvolver atividades específicas na pesquisa e no ensino, visando à preparação e especialização de profissionais com formação em nível superior para as atividades acadêmicas em distintos campos do conhecimento, possibilitando a ampliação da competência técnica e o aprimoramento de estudos nas diversas áreas do saber.

Conforme sua natureza e seus objetivos, os cursos de pós-graduação Lato Sensu são cursos de Especialização que visam à complementação, à ampliação e ao desenvolvimento do nível de conhecimento teórico-prático em determinada área de saber, em consonância com as normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

#### **a) Pós-Graduação Lato Sensu Em Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação**

##### **Perfil Profissional do Egresso**

Os egressos serão especialistas habilitados a atuar em instituições e espaços de educação, formal e não formal, em disciplinas ou projetos envolvendo o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação. Espera-se contribuir para a formação de profissionais críticos, reflexivos, que desenvolvam sua capacidade de aprender a aprender, e sejam capazes de articular e integrar as tecnologias ao currículo educacional, tanto como ferramenta a serviço da aprendizagem, transversal ao currículo, quanto como recurso de inovação a ser pesquisado e desenvolvido. Pretende-se ainda colaborar para a formação de profissionais sensíveis às questões humanas e sociais relacionadas à educação, capazes de refletir sobre a realidade e interferir nela por meio das tecnologias.

## **b) Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) - EaD**

Este curso é oferecido em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Federal do Espírito do Santo (IFES).

O curso é financiado pelo Ministério da Educação e objetiva capacitar profissionais da educação da rede estadual e federal para lecionar nas ofertas da educação profissional e tecnológica, especialmente para os cursos técnicos de nível médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a educação profissional e tecnológica como campo de estudos; e promover a educação a distância como estratégia educativa, especialmente na educação profissional.

### **Perfil Profissional do Egresso**

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura sobre as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades em que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da educação profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.

**c) Outros cursos a serem implantados:**

Em breve, o Câmpus Capivari também ofertará outros dois cursos de Pós-graduação Lato Sensu na modalidade EaD: Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especialização Em Educação Em Ciências E Matemática e Pós-Graduação *Lato Sensu*: Ensino De Línguas.



## **CAPÍTULO V**

### **Políticas e atuações**

O Câmpus Capivari realiza ações juntamente às comunidades interna e externa por meio de suas coordenadorias, comissões e órgãos colegiados, além de projetos desenvolvidos por docentes e servidores técnico-administrativos em diferentes áreas, conforme as políticas institucionalmente estabelecidas. O Câmpus compreende espaços de ensino e aprendizagem que articulem a interdisciplinaridade do currículo com as ações de pesquisa e extensão, de forma a permitir a construção do conhecimento, culminando em uma produção acadêmica e técnico-científica.

#### **5.1 Assistência Estudantil**

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação e faz parte do rol de direitos dos estudantes que deve ser assegurado pela instituição de ensino. O PNAES é previsto pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e tem como finalidade ampliar as condições de acesso, permanência e conclusão dos estudantes na rede pública federal de ensino, quer no âmbito técnico (integrado ao ensino médio ou concomitante/subsequente ao ensino médio), quer no superior, incluindo os cursos tecnológicos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil apresenta como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens da educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no âmbito da permanência nos cursos; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Além disso, no que diz respeito ao PNAES, há a previsão da articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo suas ações desenvolvidas no âmbito das seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, conforme estabelece o artigo 3º, parágrafo 1º, do Decreto que regulamenta o Programa.

De acordo com o estabelecido no Decreto, as ações da Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de igualdade de oportunidades, para que possa contribuir para a

melhoria do desempenho acadêmico, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão, devido à insuficiência de condições financeiras. Assim, serão atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, no valor vigente.

Ainda nessa direção, caberá à Instituição Federal de ensino definir os critérios de metodologia de seleção de alunos que serão beneficiados pelo Programa. Dessa forma, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio do Conselho Superior, foram aprovadas as Resoluções 41 e 42, de 02 de junho de 2015, que dispõem acerca da aprovação da Política de Assistência Estudantil (PAE) e a normatização desses auxílios no IFSP.

Esses documentos foram frutos de intensos trabalhos dos profissionais que atuam no Serviço Social e visam estabelecer os parâmetros para a efetivação dessa política enquanto direito do aluno, dentro de uma perspectiva democrática e universal.

No que diz respeito ao IFSP, o objetivo da Política de Assistência Estudantil é promover o acesso, a permanência e a construção do processo formativo, de modo a contribuir para a equidade, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar. As bases legais que sustentam a PAE dentro do Instituto Federal estão dispostas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) e no Decreto nº 7.234 de 2010.

Fazem parte da Política de Assistência Estudantil do IFSP o Programa de Auxílio Permanência, o Programa de Ações Universais e o Programa de Apoio ao estudante PROEJA.

O Programa de Auxílio Permanência é voltado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, aos quais são destinados auxílios financeiros com o objetivo de garantir a igualdade de permanência entre os estudantes. Compõem esse Programa as modalidades de alimentação, apoio didático-pedagógico, creche, moradia, saúde e transporte.

A concessão destes auxílios é feita através de análise socioeconômica, realizada pelo assistente social do Câmpus ou, na ausência deste profissional, é feita por análise econômica, realizada pelos membros da Coordenadoria Sociopedagógica. O objetivo das análises é identificar questões relacionadas à vulnerabilidade social dos estudantes, nos seus aspectos ligados à pobreza, à precariedade do trabalho, às questões relacionadas ao pertencimento

espacial, étnico-racial, social e cultural, para mensurar o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), a partir do qual é feita a seleção do discente.

Já o Programa de Ações Universais é destinado a toda comunidade discente do IFSP, independentemente da situação socioeconômica. Suas ações visam à formação integral do estudante, sobretudo nas áreas voltadas ao esporte, cultura, inclusão digital e suporte às necessidades educacionais específicas.

Por fim, o Programa de Apoio ao Estudante PROEJA tem por finalidade apoiar a permanência e conclusão dos cursos dos estudantes dessa modalidade de ensino, por meio de auxílios financeiros mensais. Seu objetivo é contribuir para a permanência e êxito dos discentes dos cursos PROEJA desenvolvidos no âmbito do IFSP, bem como proporcionar apoio financeiro, tendo em vista o melhor desempenho acadêmico dos estudantes, com o custeio dos estudos por meio da complementação de despesas, voltadas, prioritariamente, à alimentação e ao transporte.

Importante ressaltar que esses Programas se concretizam com base nos recursos orçamentários disponíveis aos Câmpus, alocados pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), através da Coordenadoria de Assistência Estudantil.

Em relação ao orçamento do Câmpus Capivari, nos anos anteriores a 2015, como os recursos recebidos eram compatíveis com o quantitativo de estudantes, todos que se inscreviam nos Programas eram contemplados. Já nos anos de 2015 a 2019, com o aumento do número de estudantes matriculados no Câmpus, os valores disponibilizados não foram suficientes para atender a toda a demanda, sendo que a equipe da Coordenadoria Sociopedagógica teve que priorizar algumas ações em detrimento de outras.

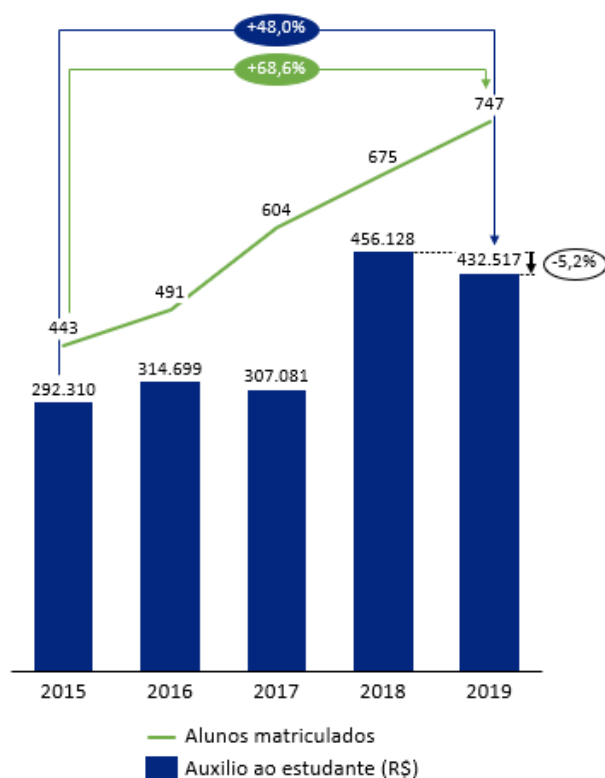


Gráfico 18 - Disponibilidade orçamentária anual X Alunos matriculados no IFSP – CPV

Fonte: Tesouro Gerencial e SUAP

Vê-se, portanto, que, no período analisado, o orçamento anual apresentou um aumento de 48%, enquanto o quantitativo de alunos matriculados teve um aumento de 68,6%. Ou seja, os valores anuais não acompanharam o crescimento do número dos discentes do Câmpus.

Assim sendo, é de suma importância que a Política de Assistência Estudantil seja vista numa perspectiva de direito do aluno e dever da instituição, que deve buscar, prioritariamente, a garantia das necessidades dos discentes para que os objetivos propostos no Programa Nacional de Assistência Estudantil estejam condizentes com a realidade educacional da Instituição.

Dessa forma, faz-se urgente criar esforços coletivos para a concretização dos ideários do PNAES, para que, de fato, garanta-se o acesso, a permanência e a conclusão dos discentes dentro do IFSP.

## 5.2 NAPNE - Ações Inclusivas

Em 2010, surge no contexto educacional a ação TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas – o antigo Programa TEC NEP. Trata-se de um programa coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC/SETEC), que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNE) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Uma das propostas dessa ação é a implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) na Rede de Educação Profissional, como forma de preparar essas instituições para receber esses discentes, visando “criar uma cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais” (SOARES et al., 2013).

Dessa forma, por se tratar de uma instituição que integra a Rede Federal de Educação, o IFSP institui o NAPNE nos câmpus, regido pela Resolução N° 137, de 04 de novembro de 2014. Seu principal objetivo é articular as ações propostas pelo TEC NEP e, posteriormente, atender ao decreto n° 7.611 de 2011, artigo 5º, inciso “VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior” (BRASIL, 2011).

Considera-se como público-alvo do NAPNE as pessoas com deficiência (auditiva e surdez, física, visual, intelectual e múltiplas), com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Esse núcleo tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão. Ele também acompanha o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

O NAPNE é composto pela equipe básica, formada pela coordenação Sociopedagógica (Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Tradutor Intérprete de Libras, Técnicos em Assuntos Educacionais), e também podem participar outros servidores do IFSP Capivari ou pessoas da comunidade escolar que se identificam com a temática da inclusão e manifestem o desejo de participação no NAPNE.

### **5.3 Formação Continuada**

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada in loco busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o Câmpus como local privilegiado para construção e produção de conhecimento, em que é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

No Câmpus Capivari, as ações de Formação Continuada de Professores acontecem por diferentes ações. Dentre elas, pode-se citar as reuniões pedagógicas que ocorrem nas semanas de planejamento e, também, durante o ano, no grupo de estudos existente no Câmpus, além da participação em eventos científicos.

### **5.4 Políticas e Ações de Extensão**

A Extensão consiste em um processo educativo, cultural, científico e político indissociável do Ensino e da Pesquisa. Suas diretrizes são voltadas para a interação dialógica com diversos setores sociais, para a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, para o impacto na formação do estudante e nas transformações sociais. Dessa forma, configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseado na troca de saberes e experiências, promovendo a reflexão crítica dos envolvidos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

As ações de Extensão são baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus se insere e são articuladas de acordo com a vocação e a qualificação acadêmica dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos. Nessa perspectiva, a comunidade acadêmica, por meio dessas ações, tem a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em benefício da sociedade, e os docentes, discentes e técnico-administrativos, de adquirir novas experiências para a constante avaliação e fortalecimento do ensino e da pesquisa para além dos limites da sala de aula, efetivando, assim, o real sentido da

Extensão na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.

Para refletir seu caráter interdisciplinar e executar seus principais objetivos, o trabalho de Extensão é sistematizado de acordo com as seguintes áreas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia; e Produção e Trabalho. Desse modo, as ações perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade, como a diversidade cultural, contribuindo para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

A Extensão se materializa, portanto, por meio de atividades que dialogam com o mundo do trabalho, como visitas técnicas, estágio e acompanhamento de egressos, bem como pela realização de ações que podem ser classificadas como programas, projetos, cursos de Extensão, eventos e prestações de serviço que incorporam as diretrizes dessa dimensão educativa.

Nesse processo, destaca-se o envolvimento ativo da comunidade externa e a participação protagonista de estudantes, o que evidencia o caráter pedagógico e formativo da Extensão e fomenta uma verdadeira relação de pertencimento tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aquelas pessoas que não possuem vínculos diretos com a instituição.

No Câmpus Capivari, os esforços contínuos dos servidores docentes e técnico-administrativos resultam em ações que progressivamente apontam para a maior incidência do protagonismo estudantil (estimulado pela oferta de bolsas discentes e pelo recente debate acerca da curricularização da Extensão) e na presença da comunidade externa demandante e participativa, ávida pela possibilidade de transformação social motivada pela promoção da autonomia, geração de renda e empoderamento, característicos das ações realizadas).

## **5.5 Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

As ações da coordenação de pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos de saberes científico-tecnológicos visam à promoção de melhorias da condição da vida coletiva. No Câmpus Capivari, são desenvolvidas numerosas atividades de pesquisa e inovação vinculadas com os seguintes programas e ações:

**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP – PIBIFSP e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica do IFSP - PIVICT:** proporcionam ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de

desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsas advindas de recursos institucionais.

- **Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): por meio de cotas institucionais, visa apoiar a política de Iniciação Científica oferecendo bolsas iniciação científica a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de pesquisa.

- **Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

- **Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)** do CNPq: também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos do ensino médio e/ou técnico para desenvolvimento de projetos de iniciação científica.

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIFSP-Af)**: programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa, que como principais objetivos ampliar a oportunidade de formação técnico-científica de estudantes, cuja inserção no ambiente acadêmico se deu por uma ação afirmativa para ingresso no Ensino Superior; contribuir para a formação científica de recursos humanos entre os beneficiários de políticas de ações afirmativas de qualquer atividade profissional. Busca, ainda, ampliar o acesso e a integração dos estudantes beneficiários de políticas de ações afirmativas à cultura científica, fortalecer a política de ação afirmativa existente nas instituições e ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Os programas acima, além de consolidarem que o câmpus têm uma visão orgânica do tripé ensino-pesquisa- extensão, promovem condições reais para que servidores docentes e administrativos consolidem sua trajetória de pesquisas vinculadas a sua carreira acadêmica.

Todos os programas citados acima são orientados por servidores pesquisadores e, como parte da formação do aluno, pede-se que este apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Além desses programas também constam:



• **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)** visa conceder passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

• **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP:** concede auxílio financeiro a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, em especial, para estimular a participação de alunos participantes de projetos PIBIFSP e PIVICT nos Congressos de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP (CONICT).

• **Acordos de Cooperação Técnica e Científica,** por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividades de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no Câmpus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo; com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos; e outro internacional, com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal. Há ainda outros acordos envolvendo, mais especificamente, os Câmpus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.

• **Congresso de Inovação Ciência e Tecnologia (CONICT):** evento anual com espaço para a difusão da produção de pesquisadores e alunos por meio de exposições orais, pôsteres e palestras. O CONICT também contempla dentro de sua programação o Congresso de Pós-Graduação do IFSP e o Encontro de Pesquisadores, que objetiva aproximar pesquisadores e grupos de pesquisa do IFSP e abrir espaço para discutir assuntos relacionados à pesquisa junto com a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRP).

• **Ação de incentivo à pesquisa via Programas de Pós-Graduação:** por meio da abertura e oferta de Programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, pretende-se incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

• **Política de Inovação do IFSP:** estabelecida inicialmente pela resolução 431/2011 do IFSP, apresenta o regulamento das atividades relacionadas à proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Várias ações capitaneadas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica (inovações e produções correlatas) dos inventos e conexos.

• **Catálogo de Produções do Câmpus Capivari:** plataforma que tem como propósito registrar e publicizar o resultado de produções inéditas no contexto do nosso Câmpus. Podem ser registrados projetos, produções técnicas, artísticas, culturais e produções didático-pedagógicas relevantes.

• **Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do Câmpus Capivari:** evento anual organizado pelas Coordenadorias de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e de Extensão juntamente com a Diretoria Adjunta Educacional do IFSP - Câmpus Capivari. Desde 2019, esse evento conta com ISSN (International Standard Serial Number) número 2674-6115 e tem como missão promover a difusão científica por meio da publicação de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, divulgar conhecimentos advindos de atividades desse tripé e ser um canal de discussão a respeito do Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Licenciaturas.

• **Revista Ciência em Evidência:** periódico online semestral, com caráter multi e interdisciplinar do IFSP Câmpus Capivari, organizado e mantido pela Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação com a colaboração do Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Câmpus Capivari (COMPESQ). A publicação tem por objetivo estimular e disseminar o conhecimento científico, contribuindo para o fortalecimento da cultura científica das várias áreas do conhecimento. Pretende ser referência no âmbito do IFSP na publicação de estudos multi e interdisciplinares, prezando pela qualidade, ética e acesso aberto. O atual endereço para acesso da RCE para leitura e submissões é <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/cienciaevidencia>.

• **Empreendimento “Inove com o IFSP Capivari - Conexão Inovação”:** ação institucional de fomento à inovação em cumprimento da missão institucional do IFSP para o desenvolvimento econômico e social da região de Capivari. Seu objetivo é apresentar aos empresários e gestores convidados as possibilidades para a atuação de alunos e servidores do IFSP – Câmpus Capivari, em parceria com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento de inovações na cidade. Na edição de 2019, o evento foi organizado por iniciativa da Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e dos Agentes de Inovação do Câmpus Capivari com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa, da Direção da agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP) e contou com a parceria dos Poderes Executivo, por meio da Secretaria do desenvolvimento e Legislativo municipais.

Além das atividades de pesquisa que se inserem nos programas, ações e políticas descritas acima, há um constante incentivo a atividades de pesquisa desenvolvidas durante as aulas, articulando-se ensino, pesquisa e extensão.

## **5.6 Bolsa Discente**

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Pesquisa, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a **Bolsa de Ensino**, vinculada à Pró-reitoria de Ensino. Essa bolsa oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores, por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

## **5.7 Órgãos Colegiados**

Órgãos Colegiados são, no IFSP, canais de diálogo, debate e proposição de ações no âmbito da administração escolar, ensino, pesquisa e extensão. São formados pelo Conselho de Câmpus, Colegiados de cursos e Conselhos de Classe, cujas características são detalhadas a seguir.

### **5.7.1 Conselho de Câmpus**

O Conselho de Câmpus, conforme Resolução Nº CPV.0017/2019, de 25 de abril de 2019 é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O Conselho de Câmpus tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do IFSP no Câmpus Capivari, cabendo-lhe ainda a supervisão das atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade civil.

Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, são estabelecidas competências gerais do

Conselho de Câmpus no que se refere a informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do câmpus; promoção e divulgação das atividades do IFSP junto à sociedade;; propostas de Projetos Pedagógicos de cursos, bem como suas alterações e outras questões submetidas à sua apreciação.

### **5.7.2 Colegiado de Curso**

Conforme a Instrução Normativa Nº02/PRE, de 26 de março de 2010 o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativos, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, dentre outras ações conforme normativa vigente.

### **5.7.3 Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de Curso (CEIC)**

Segundo Instrução Normativa Nº 03, de 04 de maio de 2015, para os cursos de nível médio, há a constituição das CEICs, que têm dentre suas funções a elaboração, implantação e acompanhamento dos cursos.

### **5.7.4 Conselhos de Classe**

Os Conselhos de Classe do IFSP, conforme Organização didática aprovada pela RESOLUÇÃO Nº 62/2018, são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e dos membros da Coordenadoria Sociopedagógica.

### **5.7.5 Conselho de Classe Pedagógico**

O Conselho de Classe Pedagógico tem como objetivo primordial o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos cursos de nível médio, mediante o

diálogo e a participação de todos os seus membros na verificação do perfil da turma, na verificação de progressos e dificuldades e na proposição dos encaminhamentos pertinentes.

O conselho de classe pedagógico é presidido pelo pedagogo ou técnico em assuntos educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo coordenador de curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo coordenador do curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica, com periodicidade bimestral. Conta com a participação dos professores das turmas e de representantes discentes.

#### **5.7.6 Conselho de Classe Deliberativo**

O Conselho de Classe Deliberativo será realizado ao final do período letivo e terá como objetivo analisar o processo de ensino e de aprendizagem do estudante, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos, prevalecendo o aspecto qualitativo dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo. Dessa forma, os alunos que não obtiveram nota mínima e frequência mínima de 75% para aprovação são avaliados por todos os presentes e, após considerações, os professores votam por sua aprovação ou reprovação pelo conselho.

### **5.8 Comissão Própria de Avaliação**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída no IFSP, em consonância com o artigo nº 11, da Lei nº 10.861 de 2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. É composta por representantes externos (pais de alunos e outros) e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos).

A CPA é responsável por conduzir os processos da avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico. Atua na elaboração de métodos de coleta, tratamento e interpretação de dados sobre as opiniões dos integrantes da comunidade interna quanto aos serviços e a infraestrutura oferecidos por cada câmpus. Após a sistematização dos resultados obtidos, redige e apresenta o relatório final, que subsidia o planejamento administrativo-pedagógico e é usado pelo INEP/MEC para o credenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

A metodologia de trabalho está centrada na aplicação de questionários (direcionados aos diferentes setores da rotina acadêmica) e na análise dos principais documentos institucionais.

A avaliação própria é realizada anualmente e é um processo contínuo com o qual a instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

## **5.9 Movimento/representação Estudantil**

O Movimento/representação Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

Pode-se organizar por meio de Centros Acadêmicos e/ou Diretórios Acadêmicos, Grêmio Estudantil e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representam os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

Grêmio Estudantil é uma entidade representativa que expressa os interesses dos estudantes do IFSP, de modo a discutir, criar e fortalecer possibilidades de ação, seja no ambiente escolar quanto na comunidade. Além disso, é um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência e de responsabilidade e luta por direitos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a

conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

Em relação ao Movimento Estudantil no IFSP Câmpus Capivari, tem-se instituído, desde 10 de outubro de 2013, o Grêmio Estudantil Professor Waldo Luis de Lucca. Este é o órgão máximo de representação dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari.

O Grêmio Estudantil é composto por instâncias deliberativas, enquanto organização, sendo elas: a) Assembleia Geral dos Estudantes; b) Conselho de Representantes de Turmas (CRT); e c) Diretoria do Grêmio.

Conforme Estatuto, o Grêmio tem por objetivos:

- a) Representar condignamente o corpo discente;
- b) Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos;
- c) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva dos seus membros;
- d) Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento;
- e) Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cívico, cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional e com a sociedade em geral;
- f) Lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da Escola.

É importante salientar que um dos principais objetivos do grêmio estudantil é contribuir para o aumento da participação dos alunos nas atividades da instituição à qual pertencem, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção da dinâmica institucional.

### **5.10 Diretorias do IFSP Câmpus Capivari- Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria Adjunta Administrativa**

No IFSP Câmpus Capivari, conforme visto no organograma no capítulo II deste documento, há a Direção geral, seguida das seguintes direções adjuntas, Diretoria Adjunta Educacional e Diretoria Adjunta Administrativa.

À DAE, órgão subordinado à Diretoria-Geral do câmpus, compete, entre outros:

A Diretoria Adjunta de Ensino ou Educacional (DAE) é o órgão subordinado à diretoria geral do Câmpus, que possui como objetivo promover o pleno desenvolvimento de ações que visam o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem do Câmpus.

Do ponto de vista legal, as atribuições da DAE são especificadas pela resolução 26 de 05 de abril de 2016 no artigo 14. Neste artigo, são definidas 39 atribuições a esta diretoria, dentre elas estão: acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico; acompanhar as alterações de horário acadêmico, harmonizando-as com os interesses didático-pedagógicos da Instituição; acompanhar e analisar a elaboração e implementação do Projeto Pedagógico de Curso; analisar e acompanhar a execução de projetos de ensino; acompanhar e avaliar o processo referente ao ensino-aprendizagem; acompanhar, supervisionar e avaliar o planejamento e a execução dos planos, programas e projetos do câmpus relativos ao ensino, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação destes.

Vinculados à DAE estão os laboratórios de química e 4 Coordenadorias: Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadoria de Registros Acadêmicos, e Coordenadoria de Biblioteca.

#### **5.10.1 Coordenadoria Sociopedagógica -CSP**

A Coordenadoria Sociopedagógica (CSP), instância vinculada à Diretoria Adjunta Educacional, articulada por equipe multiprofissional de ação interdisciplinar, é composta por assistente social, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais e tradutor e intérprete de Libras, podendo ter atuação de outros servidores.

A CSP trabalha a partir de uma articulação de seus saberes, com intuito de contribuir para o desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a permanência e êxito dos estudantes do IFSP.

Um de seus principais objetivos é zelar pela formação do estudante por meio do diálogo, refletir sobre a situação de ensino e aprendizagem e contribuir no processo de socialização do estudante na vida acadêmica.

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. São atribuições desta Coordenadoria: acompanhar as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promover suas



implementações; propor e promover ações de acolhimento e integração dos estudantes; acompanhar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem; atender, orientar, encaminhar e acompanhar os estudantes e familiares no âmbito sócio-psicoeducacional; reunir subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Câmpus; orientar o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem; elaborar instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levam a retenção e a evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP; propor, implantar, acompanhar e avaliar propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e a evasão escolar; propor e colaborar com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE; estabelecer parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da Inclusão e do enfrentamento a preconceitos e valorização as diversidades; acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil; participar e contribuir nas instâncias de planejamento pedagógico; organizar e participar de reuniões com pais; orientar os estudantes sobre os seus direitos e deveres como cidadãos; propor ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas; participar do Conselho de Classe; dialogar com as instâncias de representação estudantil, como grêmios, centros acadêmicos e representantes de sala, dentre outras.

Destacamos também a Resolução nº CPV 0029/2018, de 28/06/2018, que regulamenta os procedimentos para encaminhamentos e atendimentos dos discentes pela Coordenadoria Sociopedagógica do IFSP – Câmpus Capivari. Este documento é fruto de muitas reuniões e discussões da equipe, que percebeu na prática diária de suas atribuições a necessidade de se fazer uma organização do trabalho de atendimento. Essa resolução foi elaborada de maneira colaborativa pela equipe CSP, sendo analisada e aprovada pelo Conselho do Câmpus

### **5.10.2 A Coordenadoria de Apoio ao Ensino - CAE**

A Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE) é formada pelo coordenador de apoio ao ensino e os assistentes de alunos. É um setor administrativo e também pedagógico, uma vez que cuida de elaborar, orientar e executar ações que resultam na ocorrência do processo ensino-aprendizagem em si, bem como na organização dos diversos espaços escolares.

Sendo assim, além do contato direto com docentes, discentes, integrantes de demais setores do campus e da comunidade externa, os servidores ligados à CAE são responsáveis por

registros de procedimentos diários que envolvem a rotina acadêmica, seja de forma física ou on-line, através dos sistemas acadêmicos como o SUAP.

Em resumo, a CAE exerce as seguintes atividades: auxiliar a DAE e os coordenadores de curso na elaboração, acompanhamento e alterações de horários acadêmicos; realizar os trâmites necessários no cadastramento de turmas, disciplinas e professores para concretizar o horário de aulas; verificar as condições de uso das salas de aula, laboratórios, auditório e demais espaços utilizados nas atividades de ensino ou de convivência da comunidade do campus; atender aos docentes no que diz respeito aos recursos multimídia e agendamento de espaços para atividades didático-pedagógicas; atuar na orientação quanto ao uso dos espaços de convivência da escola, a fim de promover um ambiente acolhedor, de seriedade, de responsabilidade e de trabalho, integrando todos os docentes e discentes nesta instituição de ensino; atender pais de alunos ou demais integrantes da comunidade externa ao campus no oferecimento de informações quanto às rotinas acadêmicas; receber, organizar o armazenamento, controlar o estoque e entregar os lanches aos alunos; realizar o controle de entrada e saída de alunos menores através de registros e, quando necessário, fazendo o contato com seus pais ou responsáveis; oferecer auxílio aos discentes em caso de problemas de saúde, promovendo o contato com os familiares ou buscando um atendimento especializado; auxiliar na organização geral e em eventos específicos.

### **5.10.3 Coordenadoria de Registros Acadêmicos- CRA**

A Coordenadoria de Registros Acadêmicos é um setor administrativo responsável pelo controle, verificação, registro e arquivamento de toda documentação acadêmica dos estudantes regulares. Seu trabalho diretamente com o estudante se inicia com o processo da matrícula para o seu ingresso e vai até a sua conclusão com a expedição do diploma. Em resumo, a CRA exerce as seguintes atividades: emitir, confeccionar e arquivar todos os registros escolares relativos ao corpo discente; efetuar matrícula e rematrícula nos períodos estabelecidos no calendário escolar, bem como atualizar os dados cadastrais dos alunos no sistema; receber, protocolar e dar encaminhamentos à solicitação dos discentes; receber, processar e promover o lançamento do rendimento escolar dos alunos; inserir e atualizar os dados referentes ao corpo discente em sistemas internos e externos, zelando pela fidedignidade das informações; expedir históricos escolares, diplomas, guias de transferências, certidões e outros documentos semelhantes;

atender pessoalmente, por e-mail ou telefone, alunos, pais, professores e público em geral, nos assuntos referentes à CRA.

#### **5.10.4 Coordenadoria de Biblioteca- CBI**

Inaugurada em junho de 2013, a biblioteca do IFSP Câmpus Capivari tem como missão promover o acesso, recuperação e disseminação da informação, apoiando as atividades de ensino, pesquisa, extensão do IFSP, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva e social.

A biblioteca faz parte da Rede de Bibliotecas do IFSP, regida pelo Regulamento de Uso das Bibliotecas do IFSP, Portaria Nº 1.279/2016.

Em relação ao espaço físico, a biblioteca possui área de 210 metros quadrados, com espaço de estudo individual e coletivo, computadores com acesso à internet, acesso à rede sem fio e acervo bibliográfico para consulta e empréstimo domiciliar.

O sistema de gerenciamento de acervo utilizado é o Pergamum, que possui ferramentas que permitem aos usuários terem maior autonomia para efetuar renovações de empréstimo, entre outros serviços relacionados ao setor, tanto pelo computador, quanto de aparelhos móveis através da versão mobile do sistema.

O acervo é composto por livros, periódicos, multimeios e monografias, em diferentes suportes, que atendem aos requisitos legais quanto ao número de exemplares das bibliografias básicas e complementares dos cursos oferecidos pelo Câmpus, além de livros de literatura e livros voltados ao ensino médio-técnico.

Também estão à disposição dos usuários plataformas de conteúdo digital como Biblioteca Virtual da Pearson, Portal de Periódicos da Capes e todas as normas da ABNT via Target GEDWeb.

Referente aos serviços oferecidos, a biblioteca realiza treinamentos, orientações relacionadas à normalização de trabalhos acadêmicos, confecção de ficha catalográfica, eventos pedagógicos, organização e manutenção do acervo, circulação de materiais e atendimento ao público em geral nos períodos matutino, vespertino e noturno.

#### **5.10.5 Técnicos de Laboratório**

O IFSP – Capivari dispõe, até o presente momento, de quatro laboratórios que são usados para o ensino e pesquisa e que atendem cursos de graduação e de formação de técnicos

da área de Química. As normas de uso dos laboratórios são regulamentadas pelo Conselho de Câmpus, conforme Resolução CPV.0008/2020, aprovada em 12 de março de 2020.

Os técnicos de laboratório fazem parte do corpo administrativo dos laboratórios de química e são responsáveis pela manutenção, organização e bom funcionamento deles. Realizam assessoramento de atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão, têm sob responsabilidade o almoxarifado de reagentes químicos e contribuem para o uso correto e para a conservação dos equipamentos disponíveis nos laboratórios. Além disso, também realizam a segregação e tratamento prévio dos resíduos gerados.

### **5.11 Diretoria Adjunta Administrativa- DAA**

A DAA, órgão subordinado à diretoria geral do câmpus, é incumbida de coordenar a implementação, o controle e avaliação das atividades de caráter operacional para o pleno funcionamento do câmpus.

A este órgão compete, entre outras atribuições: assessorar no cumprimento das ações propostas pelo PDI; assessorar a diretoria geral em relação ao planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação da administração orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão de pessoas; elaborar propostas de melhorias de infraestrutura, participar de processos de licitações e execução de contratos; efetuar o acompanhamento orçamentário do câmpus, propondo reformulações para adequação

As coordenadorias vinculadas à DAA são: Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio – CAP; Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF, Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP e Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLT.

#### **5.11.1 A Coordenadoria de Licitações e Contratos- CLT**

A Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLT-CPV) é responsável pelas compras de materiais e contratações de serviços através de Pregão Eletrônico, Contratações Diretas, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Chamada Pública e Adesão à Ata de Registro de Preços.

Também é responsável pela gestão de contratos com o preparo, acompanhamento, controle e conclusão da contratação, emissão dos instrumentos contratuais, termos aditivos, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, suporte às fiscalizações de contratos, operacionalização nos sistemas da administração pública, além de dar suporte aos atos formais

a serem praticados pela administração. Responsável ainda pelo atendimento aos fornecedores; conferência e atualização das certidões apresentadas; inclusão de sanções e penalidades de empresas em virtude de descumprimento contratual; elaboração e análise dos processos iniciais de aquisição de bens e contratação de serviços, termos de referência, editais e seus anexos.

### **5.11.2 A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF**

A CCF – Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, subordinado à DAA – Diretoria Adjunta de Administração, tem como finalidade registrar, controlar e demonstrar a execução dos orçamentos, dos atos e fatos do IFSP. O objetivo é o controle e gestão dos recursos públicos.

Para atender às exigências legais, definidas pelos órgãos fiscalizadores, é imprescindível a atualização constante. Além disso, o setor fornece diversas informações que são úteis, para o controle financeiro e econômico. Através dos relatórios gerados pela CCF é possível fazer planejamentos mais sólidos e adequados.

Dentre suas atribuições, estão: registros contábeis e financeiros da instituição, balanços, demonstrações e prestação de contas; gestão financeira; emissão e controle de empenhos; execução de pagamento de fornecedores de bens e serviços, diárias, bolsas estudantis; retenção de impostos devidos (INSS, ISS, DARF, depósito em garantia) e demais despesas; prestação de apoio técnico contábil às diversas áreas da IFSP; notas explicativas; análise das planilhas de custos, emitindo parecer dos valores apurados; proceder à conformidade de operadores no SIAFI; conformidade contábil. Todas as atribuições da CCF são tramitadas pelo SUAP.

Também, estão ligadas à DAA as coordenadorias de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio.

### **5.11.3 Coordenadoria de Tecnologia da Informação- CTI**

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) é subordinada à Direção Geral. É regulamentada pelo Regimento Geral do IFSP, através da Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013 e alterado pela Resolução n.º 7, de 4 de fevereiro de 2014, tal como pelo artigo 6º do Regimento do Câmpus, aprovado pela Resolução n.º 26, de 05 de abril de 2016, no qual descreve suas atribuições.

A CTI do Câmpus Capivari é composta por servidores técnicos em Tecnologia da Informação e técnicos de laboratórios – área de Informática. No Câmpus Capivari, é regida pelo

Regulamento Interno da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, aprovado pela Resolução nº CPV.0015/2018, de 10 de maio de 2018. Em resumo, compete a esta coordenadoria a disponibilização e suporte da infraestrutura de redes, aos sistemas e equipamentos de Tecnologia da Informação, bem como o apoio estratégico ao Diretor Geral dos Câmpus.

## **CAPÍTULO VI**

### **Diagnóstico, Metas e Ações**

Este capítulo aborda os diagnósticos, metas e ações propostas a partir das dimensões ensino, pesquisa, extensão e administração. O presente documento reflete um esforço de sistematização e organização didática dos apontamentos levantados pela comunidade interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Capivari acerca das dimensões supracitadas. É interessante ressaltar que os elementos elencados aqui materializam um processo democrático de reflexão, análise e discussão.

Em um primeiro momento, realizou-se o diagnóstico, visando destacar fragilidades e limites do Câmpus nas áreas que são objetos de estudo deste capítulo. Em seguida, debateram-se propostas de ações, com o intuito de perspectivar estratégias para suplantarmos as vulnerabilidades apontadas. Finalmente, indicaram-se os setores responsáveis pelas ações a serem realizadas.

Cabe destacar que o processo de levantamento de dados e debates com toda a comunidade foi dinamizado pela comissão responsável por organizar as discussões do PPP. Tais ações visam proporcionar o maior número possível de participantes, a fim de permitir a reflexão de questões referentes à prática e ao cotidiano da Instituição. As discussões foram realizadas em grupos específicos, que contaram com a participação de docentes e servidores técnico-administrativos. Essa dinâmica possibilitou que os envolvidos pudessem propor e defender ideias de modo a realizar diagnósticos e definir metas e ações. A aprovação deste último capítulo efetivou-se em uma assembleia, assegurando até o final seu caráter democrático.

É fundamental colocar em relevo que o presente documento é fruto de um contexto dinâmico de debate e análise, não estando, portanto, concluído, tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico deve ser discutido continuamente, compondo um profícuo e intenso processo de análise e debate.

Com o objetivo de sistematizar os resultados das reflexões realizadas, todas as informações foram organizadas em quatro tabelas (abrangendo as dimensões ensino, pesquisa e inovação, extensão e administrativa) que apresentam os diagnósticos levantados, as propostas de ação e seus respectivos responsáveis pelos encaminhamentos.

Quadro 9 - Dimensão do Ensino

Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis
Identificação de índice elevado e preocupante de evasão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigar os motivos fundamentais da evasão;</li> <li>- Desenvolver atividades de acolhimento e integração dos discentes ingressantes;</li> <li>- Fortalecer a Política de Assistência Estudantil (PAE);</li> <li>- Implementar Política de Bolsas de Monitoria;</li> <li>- Fortalecer o processo de orientação e acompanhamento pedagógico, psicológico e social;</li> <li>- Criar mecanismos para a articulação do Movimento Estudantil;</li> <li>- Incentivar trocas de experiências entre os discentes e egressos, visando o fortalecimento de vínculos;</li> <li>- Qualificar espaços de interação entre a comunidade interna e a comunidade externa.</li> <li>- Ampliar a oferta de espaços de convivência, com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais agradável;</li> <li>- Colaborar com a promoção de atividades extra classe.</li> </ul>	Direção Geral, Diretoria Adjunta Educacional, Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Docentes e técnico-administrativos
Percepção de baixo rendimento, por parte dos ingressantes, no início do curso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir, democraticamente, o contrato pedagógico dos componentes curriculares;</li> <li>- Estimular a frequência aos horários de atendimento ao aluno;</li> <li>- Incentivar a criação de atividades de monitoria e grupos de estudos;</li> <li>- Desenvolver avaliações</li> </ul>	Coordenadoria Sociopedagógica, Docentes, Coordenadoria de Apoio ao Ensino e Diretoria Adjunta Educacional



	<p>diagnósticas para traçar o perfil das turmas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar estratégias de ensino para promover a aprendizagem significativa;</li> <li>- Promover a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares;</li> <li>- Fortalecer os processos de recuperação das aprendizagens;</li> <li>- Rever os Projetos Pedagógicos dos Cursos, principalmente dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, de forma a valorizar os diferentes tipos de habilidades dos alunos.</li> </ul>	
Baixa participação da comunidade externa nas atividades de ensino realizadas pelo Câmpus.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver estratégias que estimulem o envolvimento e a participação da comunidade externa em atividades de ensino do Câmpus; e- Ampliar os canais de divulgação do Câmpus, principalmente com o uso de mídias sociais;</li> <li>- Incentivar a participação dos pais e responsáveis nas atividades escolares;</li> <li>- Incentivar a participação do Câmpus em ações desenvolvidas pelo município local e adjacentes (conselhos municipais, audiências públicas, entre outras).</li> </ul>	Direção Geral, Coordenadoria de Extensão, Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino e Comissão de Comunicação
Identificação de hábitos de estudo insuficientes e/ou inadequados para o aprendizado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover ações que estimulem o desenvolvimento da autonomia de estudo;</li> <li>- Criar estratégias de ampliação e fortalecimento do processo de orientação e acompanhamento educacional.</li> </ul>	Docentes e Coordenadoria Sociopedagógica
Percepção de baixa motivação e pouco engajamento por parte de alguns discentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oferecer palestras e atividades mais práticas;</li> <li>- Criar ações para o desenvolvimento do sentimento de pertença.</li> </ul>	Docentes, Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino e Coordenadoria de Extensão
Necessidade de articular ações visando à formação continuada de professores e de técnico-administrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer as ações para oferta de capacitação interna para o ensino;</li> <li>- Promover discussões e ações</li> </ul>	Docentes, Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadores de cursos,

vinculados diretamente ao Ensino.	sobre a prática de ensino e aprendizagem, aprofundando reflexões sobre novas metodologias e teorias educacionais; - Incentivar espaços para reuniões pedagógicas com caráter formativo; - Incentivar a capacitação dos técnico-administrativos quanto às questões que permeiam o processo de ensino-aprendizagem.	Diretoria Adjunta Educacional, Colegiados, NDE e Comissão de Formação Continuada do Câmpus
Estrutura Curricular pouco flexível, com espaços reduzidos para atividades de monitoria, pesquisa, extensão etc.	- Revisar os PPCs de modo a avaliar a carga horária atribuída aos cursos e os planos de ensino contemplando outras atividades formativas; - Criar espaços pedagógicos visando planejar e desenvolver a interdisciplinaridade entre os diferentes componentes curriculares.	Coordenadores de curso, Coordenadoria Sociopedagógica, Comissões de Elaboração, Implantação e Acompanhamento dos cursos Técnicos, NDE, Colegiados dos cursos superiores, Diretoria Adjunta Educacional e Docentes
Baixa participação de familiares e servidores nos atos de formatura e colação de grau.	- Estimular a participação dos servidores nos atos de formatura/colação de grau; - Incentivar a participação familiar nas formaturas como forma de valorização do êxito durante o processo escolar; - Ampliar a divulgação das formaturas do IFSP.	Comissão de Comunicação, Diretoria Adjunta Educacional, Diretoria Adjunta Administrativa, Direção Geral, Coordenadoria de Apoio ao Ensino

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

Quadro 10 - Dimensão da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

<b>Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
Necessidade de consolidar a CPI como um sujeito de fomento das práticas científicas e o debate sobre sua natureza na articulação com a extensão e o ensino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programar palestras, abordando a relevância da iniciação científica no processo de formação;</li> <li>- Propor minicursos de Iniciação à Pesquisa e suas Metodologias;</li> <li>- Aproximação com as CEICs e NDEs para ações curriculares de pesquisa e inovação;</li> <li>- Promover instâncias de debates sobre as concepções, métodos e técnicas dos diferentes ramos do conhecimento;</li> <li>- Construção de debates sobre o papel da coordenadoria de pesquisa;</li> <li>- Fortalecimento do tripé ensino/pesquisa/ extensão;</li> <li>- Ações para a valorização de saberes populares e promoção do compartilhamento de conhecimento;</li> <li>- Fortalecer práticas pedagógicas, no âmbito dos componentes curriculares, que possibilitem aos discentes a apropriação dos saberes inerentes da pesquisa;</li> <li>- Aproximação entre CPI e biblioteca.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, CEICs, NDEs, CEX, CBI e outros setores
Baixa divulgação de ações que expressem a cultura científica dos discentes e servidores realizadas no câmpus dentro e fora da sala de aula.	<p>Continuidade da Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão (anais publicados com ISSN);</p> <p>Realização da Semana da Ciência e Tecnologia, por meio de ações combinadas entre o câmpus e a reitoria;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção e ampliação da Revista Ciência em Evidência – periódico do câmpus;</li> <li>- Contribuir para que sejam publicizadas as ações de pesquisa já realizadas na prática.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, CEICs e NDEs

Dificuldades para adesão aos programas de pesquisa e inovação por parte da comunidade interna.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aperfeiçoar as estratégias de divulgação;</li> <li>- Aproximação entre a comunidade e as diferentes agências de fomento à pesquisa e inovação, por meio de palestras e cursos;</li> <li>- Estabelecer ações combinadas entre a reitoria e o câmpus.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação / bimensal e coordenadores dos cursos de Pós-graduação
Pouco engajamento e participação dos discentes, docentes e técnico-administrativos nos eventos acadêmicos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação e envolvimento da CPI nos eventos previstos nos calendários acadêmicos.</li> <li>- Estabelecer perspectivas para a pesquisa compor a carga horária discente;</li> <li>- Incentivar a atualização dos repositórios de trabalhos técnico-científicos.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, CEICs, NDEs, DAE, CAE, Coordenadores de curso, docentes, representantes discentes
Difícil conciliação entre a demanda por realização da pesquisa e recursos de financiamento insuficiente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o número de bolsas para maior engajamento dos discentes na participação de pesquisas.</li> <li>- Incentivar e promover a participação em congressos científicos.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, CEICs, NDEs, DAE, DAA, DRG e CONCAM /anual
Distanciamento da CPI e do Compesq nas atividades dos cursos de pós-graduação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos cursos.</li> <li>- Promoção de evento com foco na pós-graduação.</li> <li>- Aproximação da coordenadoria de pesquisa com os discentes e docentes da pós-graduação.</li> </ul>	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Compesq e coordenadores

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

Quadro 11 - Dimensão da Extensão

<b>Dimensão: Extensão</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
Baixa adesão, por parte dos servidores, em submeter propostas em atendimentos aos editais de projetos de extensão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificar a divulgação dos editais;</li> <li>- Difundir o entendimento sobre a importância da extensão no processo educativo;</li> <li>- Intensificar contato com APSL (Arranjo Produtivo Social Local) no que se refere ao levantamento de demandas;</li> <li>- Favorecer oportunidade para que os servidores disponham de tempo para dedicação a projetos de extensão;</li> <li>- Oportunizar um orçamento atrativo para bolsistas. Desta forma, aumentando a equipe de execução do projeto.</li> </ul>	Coordenadoria de Extensão, Comissão de Comunicação e DAA
Dificuldade em realizar o acompanhamento de egressos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar em outras instituições como a questão vem sendo trabalhada;</li> <li>- Definir um plano de atividades para atender essa demanda;</li> <li>- Criar um projeto para acompanhamento dos egressos.</li> </ul>	Coordenadoria de Extensão, Comissão de Comunicação, Coordenadoria Sociopedagógica, CAE e docentes
Baixo índice de proficiência em línguas que favoreçam as ações de internacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação do Centro de Línguas do Campus Capivari;</li> <li>- Elaboração de cronograma de oferta regular de cursos de línguas e exames de proficiência;</li> <li>- Parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão no país e no exterior para realização de atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem de línguas.</li> </ul>	Centro de Línguas, Coordenadoria de Extensão

**Fonte:** Pesquisa Interna – Elaboração própria

Quadro 12 - Dimensão da Administração

<b>Dimensão: Administração</b>		
<b>Diagnóstico</b>	<b>Proposta de ação</b>	<b>Responsáveis/ Prazos</b>
Necessidade de contínua capacitação de servidores, buscando a melhoria dos serviços e eficiência administrativa.	<p>Buscar cursos de atualização, em diversas modalidades, inclusive EaD;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Encaminhar processos de Capacitação Externa;</li> <li>- Pleitear recursos financeiros para os cursos de Capacitação.</li> </ul>	Servidores administrativos, fiscais de contratos, chefias imediatas
Necessidade de melhoria de processos, atividades e rotinas, visando tornar mais ágil o atendimento das necessidades do câmpus.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar formas de acompanhamento, melhoria e participação dos setores nos processos, inclusive com uso de softwares e sistemas governamentais;</li> <li>- Implementar ações com comunicação e parceria com os outros setores do Câmpus.</li> </ul>	Diretoria Adjunta de Administração e Coordenadorias da área administrativa (CLT, CAP e CGP) / Todos os setores do câmpus
Necessidade de melhorias da infraestrutura física do Câmpus.	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Levantar, de forma contínua, junto aos outros setores do Câmpus, as necessidades de melhorias de infraestrutura e aquisição de novos equipamentos;</li> <li>- Analisar prioridades, considerando as restrições de orçamento;</li> <li>- Planejar, pesquisar e produzir projetos para viabilizar as prioridades identificadas.</li> <li>- Aprimorar os canais de comunicação com a reitoria para alinhar as necessidades do câmpus disponíveis.</li> </ul>	Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio, Coordenadoria de Licitações e Contratos e Diretoria Adjunta de Administração, Diretoria Adjunta Educacional e Direção Geral

Necessidade de aprofundar a articulação entre os processos administrativos e os processos de ensino, pesquisa e extensão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar o planejamento conjunto de ações institucionais;</li> <li>- Ampliar o conhecimento sistêmico do Câmpus por meio de capacitação institucional;</li> </ul>	Diretorias Adjuntas de Administração e Educacional, Direção Geral, todos os setores/servidores
Carência de canais de informação que viabilizem a comunicação entre o público interno/ externo e o setor administrativo.	<p>Levantar, de forma contínua, junto aos outros setores do Câmpus, as necessidades de melhorias;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar prioridades, levando em conta as restrições de orçamento;</li> <li>- Planejar, pesquisar e produzir projetos para viabilizar as prioridades identificadas;</li> <li>- Utilização de canais de comunicação diversificados;</li> </ul>	Diretoria Adjunta de Administração, Diretoria Geral; todas as coordenadorias e toda a comunidade interna e externa
Necessidade de fortalecimento da Brigada de Incêndio e melhorias no plano de evacuação.	<p>Manutenção e Atualização da Brigada de cêndio e melhorias no plano de evacuação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificar os treinamentos para os brigadistas e demais servidores.</li> </ul> <p>Incentivar a participação dos servidores na brigada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar simulações com frequência.</li> <li>- Divulgar, por meio dos diversos canais de comunicação, as ações realizadas</li> </ul>	Brigada, DAA, DAE, DRG e toda comunidade interna

**Fonte: Pesquisa Interna – Elaboração própria**

## 6.1 Considerações Finais

Resultado de um amplo processo de plena participação democrática, o presente documento almeja contribuir para a consolidação de aberturas curriculares e inovações metodológicas, tornando-se um projeto construído, executado e avaliado de maneira coletiva e contínua.

Os diagnósticos e as propostas de ações, com a identificação dos respectivos setores responsáveis, têm como referências fundamentais os princípios e valores definidos e defendidos neste PPP. Com o presente documento, pretende-se fortalecer ações que garantam um amplo movimento em defesa da democratização do ensino, voltado à inclusão, favorecendo o diálogo e a autonomia dos sujeitos. Cabe frisar que o Projeto Político Pedagógico não é uma reforma, invenção ou mudança, mas pressupõe rupturas, pois está balizado na produção coletiva, alicerçado no caráter emancipador, e busca deslegitimar formas instituídas, contrárias aos preceitos democráticos estabelecidos.

O Câmpus Capivari encerra este último capítulo do Projeto Político Pedagógico com o compromisso de ter construído um documento não apenas enquanto resposta a uma necessidade legalista e/ou burocrática, mas, sim, na perspectiva de torná-lo um documento de princípios, que carrega consigo a essência do que pensa e deseja a totalidade da comunidade escolar do Câmpus. Compreende-se que a cooperação da comunidade escolar – docentes, técnico-administrativos, discentes e comunidade externa – desvela-se como de suma relevância para que este PPP se constitua, de fato, como base para um projeto de educação pautado nos princípios da democracia, da formação cidadã, do protagonismo juvenil, da inclusão social e da dignificação da pessoa.



## Referências

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7ª ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDRADE, P. F. “Aprender por projetos, formar educadores”. In: VALENTE, J. A. (org.). **Formação de educadores para o uso da informática na escola.** Campinas, SP: UNICAMP/NIED, p. 58-83, 2003.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. **A ciência do desenvolvimento:** uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora;

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia.** Construções da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5/10/1988;

BRASIL. Decreto Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. **Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.** Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Decreto nº 11.447 de 23 de janeiro de 1943. **Fixa os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais da União e dá outras providências.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11447-23-janeiro-1943-463768-norma-pe.html>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.673 de 3 de fevereiro de 1942. **Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-norma-pe.html>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BRASIL. Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959. **Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm)>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 4.759 de 20 de agosto de 1965. **Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Grau, e dá outras Providências.** Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136683.pdf>>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html)>. Acesso em 05 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html)>. Acesso em 05 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28. abr. 1999

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**, 2010.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Os institutos federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Eliezer Pacheco.

BRASIL. MEC/Setec. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepções e Diretrizes.** Brasília, DF: MEC/Setec, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em: 15 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CAMARGO, R.; VILELLA, J. E. N. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal.** In: *Sinergia*, São Paulo, SP, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos - Alfabetização Ecológica.** Cultrix - Amana-Key, São Paulo, 1997.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula.** São Paulo, SP: Ática, 2003.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** São Paulo, SP: Cortez, 2008.

COSTA, H. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 0, set. 2011. Disponível em:  
COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DE GROOT, R.S., WILSON, M.A., BOUMANS, R.M.J., 2002. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**, 2002 41, 393-408.

DELORS, Jacques. **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. p. 89-102.

DOS REIS, E. Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias. **Sinergia**, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

EMPLASA – **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e da Regionalização do Estado de São Paulo Relatório Intermediário 1 – Síntese da Primeira Oficina**. 2009. Disponível em: [http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/ProjetosEstudos/Relatorios/Novosrelatorios\\_8-8/Red\\_REG-Relatorio1%20FINAL.pdf](http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/ProjetosEstudos/Relatorios/Novosrelatorios_8-8/Red_REG-Relatorio1%20FINAL.pdf) . Acesso em 03/09/2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FORGRAD. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação**. Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Setembro de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2016.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, Maio de 2012.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Editora Paz e terra, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 43ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO.G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

FRIGOTTO.G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2004.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>. Acesso 02/11/2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Capivari: Produto Interno Bruto dos Municípios – 2011**. Disponível

em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351040&idtema=125&search=sao-paulo|capivari|produto-interno-bruto-dos-municipios> Acesso em 04/09/2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino – matrículas, docentes e rede escolar – 2012**. Disponível em

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351040&idtema=117&search=sao-paulo|capivari|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Acesso 04 set. 2014

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações completas do município de Capivari**. Disponível em

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351040>. Acesso 04 set. 2014

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal – cereais, leguminosas e oleaginosas – 2007**. Disponível em

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351040&idtema=18&search=sao-paulo|capivari|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas-2007>

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível

em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf) Acesso em 04 de setembro de 2014

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Resolução nº 564, de 26 de março de 2012**. Disponível em

<file:///C:/Users/IFSP/Downloads/resolucao%20ifsp%20564%202012%20-%20aprova%20acordo%20de%20cooperacao%20202011.pdf> . Acesso 05 set. 2014.

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico (2014). **Mapa da Região Administrativa de Campinas**. Disponível em [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas\\_ra.aspx](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas_ra.aspx). Acessado em

04 set. 2014.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional 20014-2018**. São Paulo, 2014, p. 136-160.

JÚNIOR, A. L. C. (org). **A ciência do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artemed, 2008, p.19-36.

KUNIEDA,E.; IARED, V.G.; LEME, P.C.S.,; DI TULLIO, A. **O ambientalismo e o histórico da educação ambiental**. UFSCar, 2013

MAIA, Andrei Giovanni; PIRES, Paulo dos Santos. **Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo, v. 12, n. 3, June 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-697120110003000008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-697120110003000008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 28 jul. 2014.

MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 6ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATUS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed., São Paulo, SP: Editora Atlas, 2003.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. In: **Revista de Política Pública**. São Luis: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2004.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Organização curricular da educação profissional. In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica In: **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, Abril/00

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **Gestão democrática e a construção do projeto político Pedagógico: um desafio para intervenção**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>>. Acesso em 10 jun., 2021.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo, SP: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso 11 nov. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SÃO PAULO. **Decreto nº 22.592, de 22 de agosto de 1984**, 1984.

SÃO PAULO. **Decreto nº 22.970, de 29 de novembro de 1984**, 1984.

SÃO PAULO. **Decreto nº 48.162, de 3 de julho de 1967**, 1967.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **O Estado de São Paulo e suas regionalizações**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/> . Acesso em 03/09/2014.

SETEC/MEC. Concepção e Diretrizes. 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SOARES, G.G. et al. Ação TEC NEP: Análise de dissertações e teses publicadas na base de dados da CAPES. In: **CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 7. 2013, Londrina. Pôster. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT06-2013/AT06-010.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2015.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo, SP: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola**. In:

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (org). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2007.